



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

DEPARTAMENTO DE PAISAGEM, AMBIENTE
E ORDENAMENTO

TÍTULO | Contributos para o desenvolvimento de um Plano de Estrutura. Estágio na Câmara Municipal de Loures

Nome do Mestrando | Gonçalo Gomes da Silva Pinheiro

Orientação | Maria da Conceição Marques Freire e
Helena Maria Pargana Bentes Gomes de Araújo
Gonçalves

Mestrado em Arquitetura Paisagista

Relatório de Estágio

Évora, 2017



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

DEPARTAMENTO DE PAISAGEM, AMBIENTE
E ORDENAMENTO

TÍTULO | Contributos para o desenvolvimento de um Plano de Estrutura. Estágio na Câmara Municipal de Loures

Nome do Mestrando | Gonçalo Gomes da Silva Pinheiro

Orientação | Maria da Conceição Marques Freire e
Helena Maria Pargana Bentes Gomes de Araújo
Gonçalves

Mestrado em Arquitetura Paisagista

Relatório de Estágio

Évora, 2017

Agradecimentos

Às orientadoras, Professora Conceição Freire e Arquitecta Paisagista Helena Araújo, pelo apoio, incentivo e transmissão de conhecimentos ao longo destes seis meses de estágio.

À Câmara Municipal de Loures, em especial ao Senhor Vereador Tiago Matias, pela oportunidade de realização do estágio.

À toda a equipa da Divisão de Planeamento e Reabilitação Urbana por todo o apoio proporcionado.

À minha família, ao Luís, André e Frederico pelo apoio incondicional ao longo dos cinco anos de formação.

Aos meus professores e colegas da Universidade de Évora, Universidade Lusófona e do Instituto Superior de Agronomia que desempenharam um papel fundamental na minha formação em arquitectura paisagista.



Resumo

Este relatório apresenta o trabalho desenvolvido ao longo de seis meses de estágio na Divisão de Planeamento Urbano da Camara Municipal de Loures. Inclui a etapa inicial para a elaboração de um plano de estrutura para a cidade de Loures, direcionada à fase de análise, onde foi aplicada a metodologia da autoria do Professor Jorge Carvalho. Compreende ainda uma reflexão sobre os conceitos e etapas desta metodologia do planeamento urbano, apreciados sob ponto de vista da arquitetura paisagista.

Palavras-chave: paisagem, ordenamento, plano, arquitetura paisagista, Loures.



Abstract

Contributions to the development of a Structure Plan. Internship at Loures Municipality

This report presents the work developed during a six-month internship in the Urban Planning Division of Loures Municipality. The report includes the initial stage for a structure plan for Loures city, adapting a methodology developed by Professor Jorge Carvalho. It includes some considerations about this urban planning methodology concepts and stages, appreciated from the landscape architecture point of view.

Keywords: landscape, planning, plan, landscape architecture, Loures.

Conteúdo

Introdução	9
I.Plano de Estrutura.....	12
1) Conceito.....	12
2) A metodologia	19
II. Breve caracterização do concelho de Loures.....	23
III.Contributos para a elaboração do Plano de Estrutura: cidade de Loures	28
1) Área de intervenção do plano, as Unidades Territoriais	28
2) Análise Biofísica.....	46
Conclusão	73
Anexos	77
Bibliografia.....	91
Legislação consultada.....	92
Sitografia	92

Índice de Figuras

Figura 1: Metodologia para o Desenho da Matriz Estruturante do Território	19
Figura 2: Localização do Concelho de Loures em Portugal Continental	23
Figura 3: Concelho de Loures	24
Figura 4: Cidade de Loures, em segundo plano o Centro da Cidade, a Mealhada e o Infantado.....	25
Figura 5: Santo Antão do Tojal.....	26
Figura 6: Portela, na zona oriental do concelho	27
Figura 7: Cidade Compacta e Alargada; Partes da Cidade.....	31
Figura 8: Centro de Loures	33
Figura 9: Centro da Mealhada.....	34
Figura 10: Loures Nascente, junto à Proteção Civil	35
Figura 11: Rua entre o Centro da Cidade e o Bairro das Sapateiras	36
Figura 12: A Casa do Adro, polo cultural. Em plano de fundo a Encosta de Correio-Mor	38
Figura 13: Hospital e zona comercial	39
Figura 14: Quinta do Conventinho.....	41
Figura 15: Santo António dos Cavaleiros	42
Figura 16: Via principal da Ponte de Frielas.....	43
Figura 17: Palácio do Correio-Mor	44
Figura 18: Várzea de Loures	45
Figura 19: Rio de Loures, na área do Perímetro Hidroagrícola	48
Figura 20: Ribeira da Póvoa, ladeada pelas motas.....	48
Figura 21: A Várzea e em plano de fundo a Encosta de Correio-Mor	50
Figura 22: Barreiras e Fronteiras.....	51
Figura 23: Rede de Mobilidade e Acessibilidade.....	58
Figura 24: Estrutura Ecológica Municipal de Loures – Nível Nacional e Internacional.....	65
Figura 25: Estrutura Ecológica Municipal de Loures – Nível Regional	66
Figura 26: Estrutura Ecológica Municipal de Loures – Nível Local.....	67
Figura 27: Parque da Cidade, com vista para Santo António dos Cavaleiros ..	72
Figura 28: O Bairro das Sapateiras e a área do futuro Parque do Marzagão...	72



Índice de Anexos

Anexo I - Relevo; Hipsometria e Fisiografia	78
Anexo II- Relevo; Exposições.....	79
Anexo III– Relevo; Declives.....	80
Anexo IV – Classificação do Solo e Distribuição das Classificação do Solo por Parte da Cidade	81
Anexo V– Equipamentos	88
Anexo VI– Monumentos	89
Anexo VII- Sistema de Parques	90

Introdução

O presente relatório explicita o trabalho elaborado durante o estágio na Câmara Municipal de Loures (CML), no período entre fevereiro e agosto de 2017, tendo por título *Contributos para o desenvolvimento de um Plano de Estrutura. Estágio na Câmara Municipal de Loures*, sob orientação das arquitetas paisagistas Helena Araújo (na CML) e a professora Conceição Freire da Universidade de Évora.

O tema do Plano de Estrutura para a Cidade de Loures foi lançado pelo Professor Jorge Carvalho no Ciclo de Conferência “Loures em Congresso”, em 2015. Estas conferências consistiram em diversas apresentações e debates sobre vários temas, consistindo em várias iniciativas que visaram a definição das linhas orientadoras do futuro plano estratégico para o Município de Loures, num horizonte a dez anos. Entre os temas incluíram-se a gestão administrativa, as atividades culturais e o património, as infraestruturas, a mobilidade e os transportes, a relação de Loures com o Rio Tejo, a relação com a Várzea, a revitalização dos centros urbanos, a acessibilidade e o modelo de ordenamento municipal. Dentro do tema dos Espaços Públicos e Ambiente, as principais questões relacionaram-se em particular com o ordenamento do território, tendo-se focado na necessidade de repensar a estratégia para as cidades. Foi assim nesta apresentação que surgiu a ideia de elaboração de um Plano de Estrutura, enquanto instrumento que orienta a estratégia municipal para o planeamento de cidade de Loures, um documento base que procura apoiar a elaboração inicial ou a revisão dos Instrumentos de Gestão Territorial. Dado o interesse demonstrado pelo município nesta abordagem, o trabalho de estágio desenvolveu-se com o objetivo de apresentar a contribuição possível da arquitetura paisagista, no limitado contexto temporal em que decorreu, para a elaboração do *Plano de Estrutura* e, conseqüentemente, para tornar mais robusta a estratégia do planeamento da cidade de Loures.

Este trabalho tem como objetivos:


- Responder ao solicitado pela CML, na elaboração de um documento inicial sobre o Plano de Estrutura;

- Esclarecer o conceito de **Plano de Estrutura** e evidenciar o contributo da arquitetura paisagista na sua interpretação e conceptualização;

- **Aplicar** a metodologia associada a este tipo de plano, ainda que só nos focando na fase de **análise**. A transdisciplinidade inerente na realização deste plano, por um lado, e a complexidade do processo, por outro, que exigia mais tempo à realização do plano de estrutura, não nos permitiu chegar à realização de uma proposta. Ficámo-nos assim pela fase de análise onde, para além de darmos seguimento à metodologia associada à elaboração do Plano de Estrutura, tivemos oportunidade de efetuar alguma reflexão, de onde resultou a inclusão de mais alguns aspetos que considerámos importante uma vez ponderados os objetivos do plano, designadamente: a inclusão da análise biofísica, a definição das partes da cidade assentes no conceito de Unidades de Paisagem e uma abordagem de análise *in situ* nos temas que achámos pertinentes (definição das partes da cidade, confirmação de alguns aspetos do relevo e os trajetos presentes na Rede de Acessibilidade e Mobilidade).

A estrutura do relatório segue, no essencial, os momentos de trabalho havidos no decorrer do estágio. Na primeira parte introduz-se o conceito de plano de estrutura e qual o seu objetivo e como surgiu como objeto de estudo no decorrer do estágio. Na segunda parte aplica-se a metodologia, com base na obra de referência, visando a identificação e apresentação dos elementos necessários para elaboração na fase de análise, na área em estudo a que corresponde a cidade de Loures. O relatório é concluído com uma reflexão sobre o conceito do Plano de Estrutura, nas suas vantagens e fragilidades, na sua articulação com a arquitetura paisagista e significado no planeamento da cidade de Loures.

Para além deste tema, realizaram-se outros estudos na CML, nomeadamente a elaboração de uma candidatura a fundos europeu para



reabilitação das ribeiras da cidade e a análise do enquadramento paisagístico da Quinta dos Fartos (Apelação).

I. Plano de Estrutura

1) Conceito

Entendemos que o Plano de Estrutura é um instrumento de base no contexto do processo de elaboração dos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT). Incide particularmente sobre o meio urbano, ou seja, é um antecedente de um Plano de Urbanização (PU)¹ e das Unidades de Execução (UE)². Funciona como um *esqueleto* da estratégia municipal para uma determinada área, que inclui uma síntese que clarifica os elementos importantes e que garante a aplicação das estratégias. Os conteúdos que o caracterizam procuram ultrapassar os problemas que decorrem do desfasamento temporal entre planos³ existentes e/ou previstos. Entendemo-lo assim como um alicerce de referência, para todos os planos que incidem na cidade, constituindo a garantia da existência de um fio condutor entre todos os planos.

A obra fundamental em que se baseia esta abordagem é *Classificação do Solo no Novo Quadro Legal*, de Fernanda Paula Oliveira e Jorge Carvalho, recentemente publicada (Carvalho & Oliveira, 2016), onde são abordados os temas da classificação do solo no novo quadro legal, os modelos de gestão urbanística em tempo de crise e a matriz estruturante de territórios emergentes.

Assim, o Plano de Estrutura é o conjunto das estratégias para a cidade, que compõe em análise e proposta. Ambas as fases - análise e proposta - são documentadas e representadas através das Matrizes Estruturantes, designadamente expressas na 'Matriz Estruturante Existente' e na 'Matriz Estruturante Proposta', ou seja, são o conteúdo material do plano.

¹ Um Plano de Urbanização “define a organização espacial de parte determinada do território municipal, incluída em perímetros urbanos, podendo englobar solo rural complementar que exija uma intervenção integrada de planeamento” (Morais, 2004, p. 294).

² As Unidades de Execução são “instrumentos de programação e execução sistemática e coordenada dos Planos, regulando as intervenções urbanísticas, tendo por base a concertação e a contratualização de interesses” (Costa dos Reis, 2010).

³ Plano de Urbanização, Plano de Pormenor e Unidade de Execução.

O *Plano de Estrutura* constitui-se como um documento escrito e desenhado, onde se inclui a síntese dos elementos naturais, funcionais e simbólicos e que auxilia a tomada de decisão consciente e com o conhecimento atualizado da realidade, traduzido pelas suas matrizes, correspondentes à análise e proposta.

O conceito de **estrutura** aponta para a “*explicitação, qualificação e organização em rede dos [seus] elementos estruturantes, aqueles que nas perspetivas funcionais e percetivas se revelem como os mais importantes, os mais agregadores dos restantes elementos que integram o território*” (Carvalho & Oliveira, 2016, p.17).

Com a elaboração do **plano** pretende-se identificar e relacionar os elementos preponderantes no funcionamento e simbolismo no espaço urbano, a deteção de potencialidades e insuficiências e modos de, respetivamente, as evidenciar e resolver, através da elaboração da análise e da proposta. Dados os domínios que integram a compreensão e construção do espaço urbano, e dadas as características espaciais, funcionais e históricas diversas e complexas que o identificam, a elaboração do plano pressupõe a colaboração de várias equipas de áreas distintas, num trabalho que é mais que pluridisciplinar, é interdisciplinar e mesmo transdisciplinar. Essa interdisciplinaridade permite diversas abordagens e perspetivas, todas elas com significativa importância no planeamento de cidades (Carvalho & Oliveira, 2016, p.17). Neste relatório focaremos a atenção na área específica da arquitetura paisagista e no seu contributo na elaboração do plano de estrutura, como já mencionado.

Acerca do plano são ainda de salientar alguns aspetos que consideramos importantes à compreensão do mesmo e ao entendimento do seu significado. Desde logo a necessidade da orientação estratégica que o sustenta dever estar integrada numa programação a médio/longo prazo⁴. É de referir que o plano não se configura como um IGT oficial, como os que atualmente estão abrangidos

⁴ Considerando um horizonte de 5 a 10 anos.

pelo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), uma vez que não integra o elenco de planos que a legislação trata, configurando-se como um plano *accessório*.

Sublinhamos ainda que a necessidade da elaboração do Plano de Estrutura provém da intenção de resolver algumas falhas no modelo de ordenamento e gestão urbanística (que se observam desde o *boom* do crescimento urbano havido nos últimos 40 anos), que pode ser equacionada com o uso de um instrumento mais estratégico e flexível, como se considera o Plano de Estrutura. O Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) aprovado pelo Dec-Lei nº 380/99, surge como uma primeira regulação transversal (que integra todo o espaço - urbano e rural), integrando as preocupações evidenciadas nos vários diplomas que foram publicados desde a Constituição de 1976. O RJIGT foi sem dúvida um marco no ordenamento do território. O mesmo, de modo genérico, estabelece a organização territorial desde o nível nacional ao municipal e fundamentalmente estabelece a obrigatoriedade de elaboração de planos e define as entidades responsáveis.

Concordamos com Fernanda Paula Oliveira quando afirma que, mesmo assim, os modelos de ocupação e gestão do território, e principalmente na atividade urbanística, seguiram os pressupostos: “1- *elevada admissibilidade construtiva (sobredimensionamento de áreas de expansão urbana) agravada pelo escasso condicionamento e/ou programação e que negativamente promoveram a proliferação de urbanizações dispersas e fragmentadas em relação ao espaço urbano consolidado; 2 – Poucos incentivos públicos municipais na gestão fundiária o que resultou na intervenção quase exclusiva do privado; 3 – Uma administração municipal que se limitou a apreciar as iniciativas privadas, aprovando-as com base na legalidade dos planos aprovados e com menor enfoque na análise de tais projetos na qualidade urbana e no funcionamento contínuo e consolidado das cidades; 4 – Iniciativas privadas limitadas às áreas das propriedades afetas, não permitindo uma visão de conjunto (e com isso a inclusão de outras propriedades); 5 – Inoperância e*

desinteresse de muitos proprietários e falta de meios para a prossecução de projetos revitalizadores (Carvalho & Oliveira, 2016, p. 38). Igualmente concordamos com a afirmação de que a crise económica motivou o relançar da crítica ao modelo de ordenamento.

Considerando estes pontos e outros de ordem estratégica no ordenamento, a revisão do RJIGT, ou se quisermos o novo RJIGT (Dec-lei nº 80/2015) introduz um novo paradigma, sublinhando alguns aspetos importantes como a restrição e contenção da expansão urbana, a promoção, a reabilitação e a eliminação da categoria de solo urbanizável. Por outro lado, a conversão de solo rústico para urbano depende exclusivamente da elaboração de um Plano de Pormenor (anteriormente era possível através dos três tipos de planos municipais).

Para além das questões do direito urbanístico, outras problemáticas urbanas se colocam, e foram essas que em parte justificaram a mudança de paradigma em relação ao ordenamento (e principalmente no que toca ao espaço urbano). A revisão bibliográfica realizada por Jorge Carvalho sobre as problemáticas do espaço urbano integra os pontos de vista de autores como Ascher, Melvin-Weber, Aldo Rossi, Kevin Lynch ou Christansen (Carvalho & Oliveira, 2016, p. 59-61). Dessa revisão ressalvamos as problemáticas do crescimento em *mancha de óleo*, a *fragmentação* e os *vazios urbanos*.

O crescimento urbano desenfreado em ***mancha de óleo*** (Carvalho & Oliveira, 2016, p. 59), corresponde a uma mancha contínua, mas não compacta, que se estabelece numa lógica de ocupação ao longo das vias. Este fenómeno tem por base a concentração populacional motivada pela tentativa de melhoramento das condições de vida.

Além da expansão do tecido urbano acresce o problema da ***fragmentação*** (Carvalho & Oliveira, 2016, p. 60), expressa na dispersão de elementos urbanos em todas as direções, sem continuidade e sem ligação entre si. Esta dispersão espacial surge como resposta à facilidade de mobilidade das

populações, segundo uma lógica de transição de mobilidade de pequenas para médias e grandes distâncias.


A fragmentação conduziu ao surgimento dos **vazios urbanos** (Carvalho & Oliveira, 2016, p.60), áreas intersticiais entre elementos urbanos, resultado da expansão dos elementos urbanos em todas as direções, reduzindo a estruturação da cidade segundo uma lógica de hierarquia.

O autor refere a importância da identificabilidade e imagem própria da cidade, ressaltando a importância prática e afetiva por parte da população para com o local onde vivem. É sem dúvida a referência ao pensamento de Kevin Lynch citado por Jorge Carvalho (2016, p.61) e aos seus trabalhos sobre a legibilidade da paisagem urbana reforçando que ainda se mantém atual, não só à escala próxima, mas alargada, local e regional, e ainda a importância da defesa do *locus* e da identidade alertado por Aldo Rossi (Carvalho & Oliveira, 2016, p.62) na defesa do simbolismo e significado das cidades.

Perante estas problemáticas, o Plano de Estrutura assume-se como um modelo de ordenamento com uma orientação estratégica, fruto do questões e soluções trazidas pelos autores anteriormente referidos, incorporando a realidade do ordenamento português. A sua natureza estratégica tem uma elevada importância considerando a quase ausente visão estratégicas dos planos nos últimos 30 anos (Carvalho, 2008, p. 2-5)

Por outro lado, cabe-nos a introdução de alguns conceitos que igualmente contribuem para o desenho e gestão da paisagem, incluindo nesta ideia a sua estruturação, organização e funcionamento. A questão da separação entre urbano e rural ainda está latente no ordenamento português - em parte levou a uma abordagem sectorizada do funcionamento da mesma, como se tratassem de sistemas independentes no seu funcionamento, num processo resultante da simplificação da paisagem⁵ (Telles, 1992, p.5). Por este motivo, o conceito de

⁵ Ribeiro Telles afirma que essa simplificação da paisagem se traduziu, num modo geral nas áreas rurais, no alargamento das monoculturas, na *eucaliptalização* e no regadio industrial. Por outro lado, nas cidades e na periferia, assistiu-se ao processo de urbanização caótica e desenfreada. Esta visão restrita das




paisagem global (Idem, p.7) é fundamental para despoletar uma aceitação e integração do rural nas questões urbanas e vice-versa, bem como lembrar que as opções sectorizadas das atividades socioeconómicas resultaram numa valorização do espaço urbano e abandono do rural, uma simplificação da paisagem no geral, em que a paisagem é vista apenas como um suporte físico e uma fonte de recursos, esquecendo a componente cultural que evolui ao longo dos séculos. Assim a aceitação e integração do rural é fundamental para uma preservação da memória e igualmente a sustentabilidade de ambas as *fácies*, pois ambas garantem valores e recursos fundamentais.

Deste modo, para o fomento da interligação entre urbano e rural é necessária a quebra das barreiras e da segregação entre ambos. Assim como os sistemas naturais funcionam como gradientes, a organização da paisagem fundou-se, desde há séculos, com gradientes. Relembramos as tipologias *urbe-ager-saltus-silva* para relançar a prossecução de **gradiente** entre estas *fácies* e que atualmente podemos relacionar com os termos de urbano, periurbano e rural.

Assim, é fundamental a necessidade de estabelecer o **continuum naturale**, um conceito de que se relembram os seus princípios (Caldeira Cabral, 1980, p.41): continuidade, elasticidade, meandrização e intensificação. A continuidade (como o próprio nome indica) é concretizar e manter os fluxos e ligação dos sistemas naturais, especificamente a água e o solo, o que indiretamente promove a continuidade da flora e da fauna. Em suma, a continuidade indica que devemos preservar essas ligações e que as atividades humanas não as devem perturbar negativamente. O princípio da elasticidade explica que os sistemas naturais não serem estáticos (portanto não são totalmente previsíveis) e por possuírem flexibilidade e adaptação com as atividades humanas. O princípio da meandrização indica que os ecossistemas presentes nos sistemas naturais devem apresentar interfaces quer com outros

funções do rural e do urbano (campo e cidade) culminaram na presente separação destes *fácies* no planeamento, como se duas entidades distintas se tratassem.



ecossistemas, onde se inclui o “ecossistema urbano” (portanto com integração do espaço da cidade e o espaço do campo). Essa meandrização promove a diversidade e podem funcionar como uma simbiose. Por fim, o princípio da intensificação que indica que quanto mais significativa (maior expressão e dimensão) for a penetração dos sistemas naturais nas “áreas urbanas”, melhor será a prossecução do *continnum naturale*. Atualmente com a diversidade de tipologias utilizadas (arborizações, silvicultura urbana, coberturas verdes, permacultura, etc, para além dos clássicos jardim e parque) a aplicação deste conceito é uma realidade fácil de programar e executar.

É com estas preocupações que se desenvolve o Plano de Estrutura, aplicando e adaptando a metodologia da autoria de Jorge Carvalho. Seguidamente apresentamos a metodologia envolvida na sua elaboração, as fases que implica e os conceitos fundamentais para a sua compreensão.

2) A metodologia

Como anteriormente afirmado, a elaboração do Plano de Estrutura envolve a construção das Matrizes Estruturantes do Território - Existente e Proposta (Carvalho & Oliveira, 2016). Estas matrizes reúnem conteúdos muito diversos, que se subdividem por vários temas (Figura 1):

- *Unidades Territoriais, Fronteiras e Barreiras;*
- *Polos Vivenciais (centralidades, equipamentos e monumentos);*
- *Estrutura Ecológica;*
- *Rede de Mobilidade e Acessibilidade.*

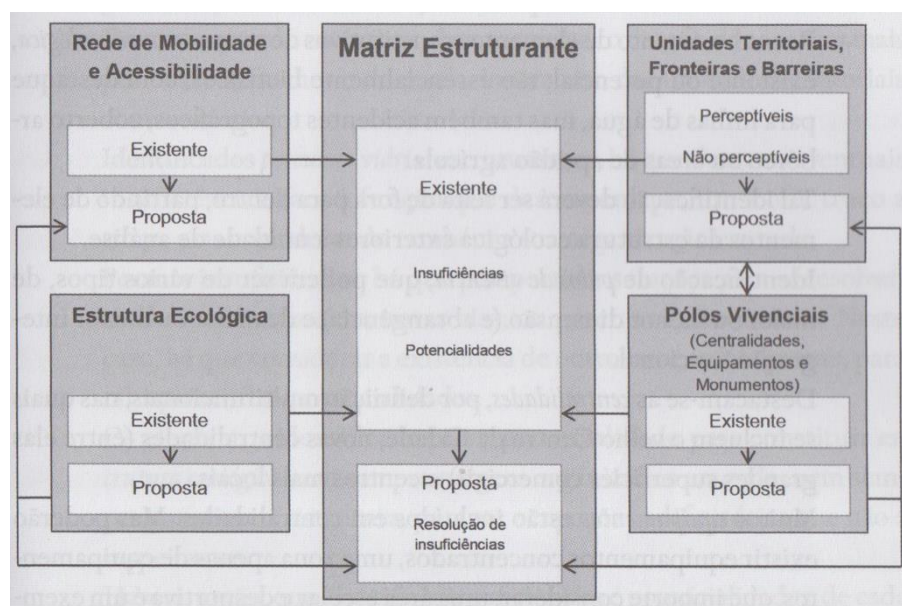



Figura 1: Metodologia para o Desenho da Matriz Estruturante do Território (Carvalho & Oliveira, 2016, p.71).

Antes de explicarmos a metodologia, consideramos importante referir que questionamos o uso do termo “*território*”, preferindo o de paisagem⁶, pois entendemos o território como o suporte físico (de acordo com a nossa legislação,

⁶ Reconhecemos que no âmbito legal o termo “território” é mais recorrente, estando-lhe associada às diferentes divisões administrativas.



suscetível de uma divisão administrativa - ‘ordenamento do território’ evidenciam) e entendemos a paisagem como o espaço que integra as componentes naturais (bióticas e abióticas) e culturais e a percepção que o homem tem.


O termo “território” é utilizado diversas vezes com diferentes significados entre várias disciplinas e autores. Para uns é o mero espaço geográfico, sujeito a uma jurisdição - limites administrativos (Cancela D’ Abreu, 2007), para outros diz respeito exclusivamente às componentes biofísicas (Alfaiate, 2000; Freire, 2011) e ainda para outros diz respeito às componentes biofísicas e culturais, envolvendo ou não a percepção. A Convenção Europeia da Paisagem clarifica o conceito de Paisagem, conceito que consideramos preferível pela consciência da diversidade dos componentes envolvidos (naturais e culturais) e pela inclusão tanto de domínios objetivos (factuais) e subjetivos da paisagem (associados à percepção – portanto os emotivos e estéticos), todos fundamentais em qualquer intervenção. Apesar da nossa posição relativamente aos conceitos, mantivemos a designação utilizada pelo autor (*‘Matriz Estruturante do Território’*).

A metodologia para a elaboração das Matrizes Estruturantes, enquanto elementos materiais do Plano de Estrutura, apresentam várias fases:

1ª Fase – Compreende a identificação dos elementos estruturantes já existentes no território e a sua transposição para uma Matriz Estruturante do Território - Existente

2ª Fase – Corresponde à identificação de insuficiências e potencialidades, que provém da apreciação conjunta das várias áreas do conhecimento atuantes no planeamento de cidades, quer seja arquitetura, arquitetura paisagista, engenharia civil, sociologia, etc.

3ª Fase – Corresponde à proposta, transposta num desenho da Matriz Estruturante do Território, e onde se incluem as estratégias orientadoras de forma a resolver as insuficiências e a valorizar as potencialidades identificadas.




Dada a dificuldade que tivemos em encontrar documentação (escrita e cartográfica) sobre a cidade, salientamos que alguma da informação recolhida provêm dos esclarecimentos com os técnicos, de dados obtidos através de visitas de campo e ainda de algum conhecimento empírico que possuímos. Outros elementos de trabalho incluem os suportes cartográficos da CML.

Para cada Matriz Estruturante identificam-se os **elementos estruturantes**, com um enfoque funcional e perceptivo e que se revelam como os “mais importantes e os mais marcantes” dentro de uma cidade. Este conceito articula a perspetiva funcional; os elementos que Kevin Lynch considera como os elementos que formam a imagem de uma cidade, sejam caminhos, fronteiras, bairros, nós e barreiras físicas; o conceito de estrutura ecológica e *continuum naturale* (Carvalho & Oliveira, p. 68).

Essa identificação destes elementos pode ser sistematizada em pontos, linhas e conjuntos (áreas) (Carvalho & Oliveira, 2016, p. 68), que se considerem essenciais para uma síntese da cidade, agrupados nos seguintes temas:

- **Unidades Territoriais:** ou seja, as partes da cidade que agregam características que lhe conferem uma identidade (conjuntos/áreas);
- **Barreiras e fronteiras:** como elementos físicos na perceção dos limites da cidade (linhas);
- **Polos vivenciais:** as centralidades, equipamentos (conjuntos/áreas e pontos) e monumentos (pontos) como núcleos onde as interações entre pessoas são mais frequentes;
- **Rede de Mobilidade e Acessibilidade:** vias de circulação pedonais, viárias e cicláveis como componentes da distribuição na cidade (linhas);
- **Estrutura Ecológica** como o suporte biofísico que interliga com o ambiente artificializado e que confere à cidade uma melhoria no



equilíbrio ecológico (constituído por áreas/conjuntos, linhas e pontos).

Para a identificação destes elementos utilizou-se a escala de trabalho 1:10 000, porém, para efeitos de representação e conformidade de apresentação, adotámos uma escala menor (1:25 000).

Seguidamente apresentamos uma breve caracterização do concelho de Loures, essencial à compreensão do carácter e das particularidades das suas paisagens, motivo porque antecede a explicitação dos **elementos estruturantes**.

II. Breve caracterização do concelho de Loures

O Concelho de Loures situa-se a norte de Lisboa (Figura 2), com uma área total de 169,3 km² de área e 199.231 habitantes (Censos 2011)⁷. Compreende um total de 10 freguesias, sendo a sede de concelho a cidade de Loures. O Concelho pertence à Área Metropolitana de Lisboa e faz fronteira administrativa, a sul, com o concelho de Lisboa, a norte com o concelho de Mafra e Arruda dos Vinhos, a este com Vila Franca de Xira e a este com Odivelas e Sintra (Figura 3).

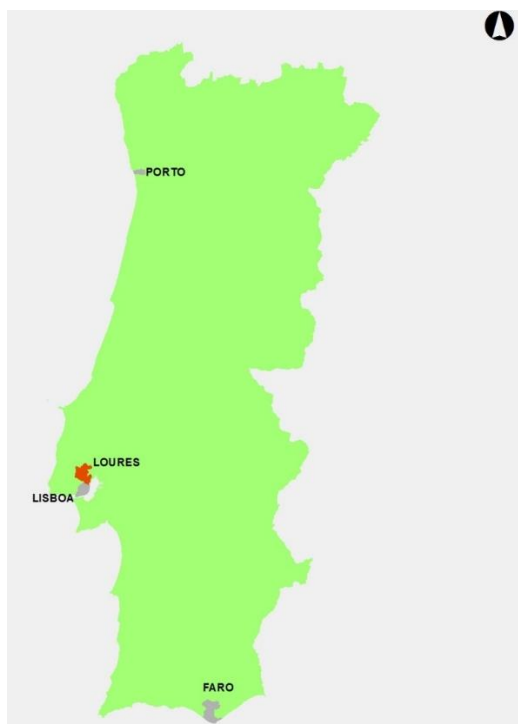


Figura 2: Localização do Concelho de Loures em Portugal Continental (Cartografia produzida pelo autor, com as bases cartográficas fornecidas pela CML, setembro 2017).

⁷ <https://www.ine.pt/>

Concelho de Loures

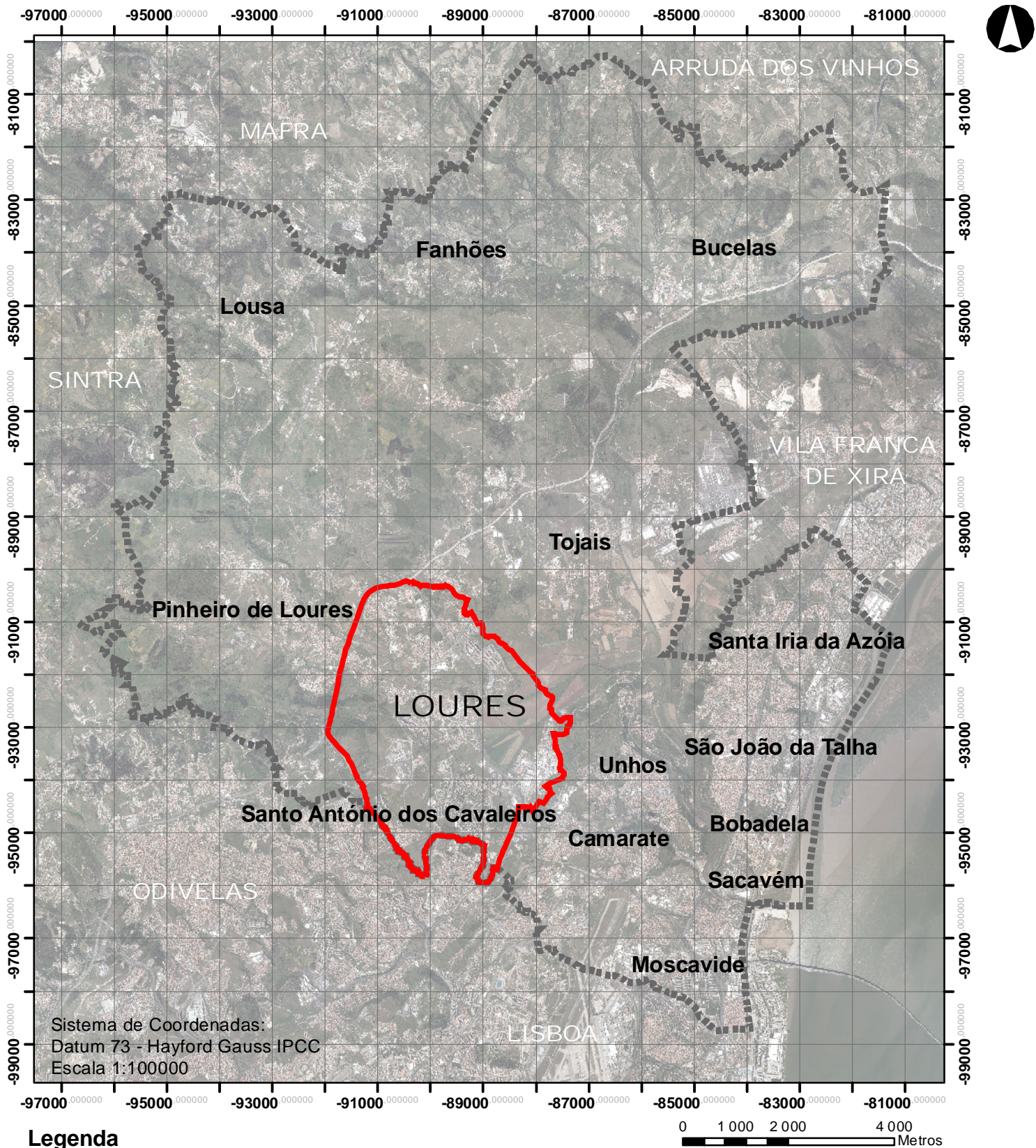


Figura 3: Concelho de Loures
(Cartografia produzida pelo autor, com as bases cartográficas fornecidas pela CML, setembro 2017).

Na zona **norte** destaca-se uma atividade periurbana/rural de Loures (Figura 4), Fanhões, Bucelas e Tojais (Figura 5). É nesta zona norte que se localiza a Várzea de Loures onde confluem os principais rios do concelho: o Rio Trancão, que desagua no Rio Tejo, e o Rio de Loures, que conflui no primeiro.



Figura 4: Cidade de Loures, em segundo plano o Centro da Cidade, a Mealhada e o Infantado (Fonte: CML- Arqª Fernanda Ferreira, março 2017).



Figura 5: Santo Antão do Tojal (Fonte: Arquivo CML, s/data).

Na zona **oriental** localiza-se o eixo Santa-Iria-Sacavém-Moscavide/Portela (Figura 6) com um carácter industrial bem evidente, cujo passado esteve ligado à produção metalomecânica, química e indústria transformadora. O seu crescimento foi motivado pela expansão da linha ferroviária do Norte. Atualmente a presença industrial tem gradualmente diminuído em função do crescimento de áreas habitacionais e de serviços.

Entre as duas zonas mencionadas, encontram-se várias colinas, com declives acentuados⁸, e nalgumas das encostas existem habitações, maioritariamente ilegais (construídas em zonas muito declivosas⁹). Devido à pressão demográfica, pela aproximação a Lisboa, muitos bairros da zona oriental são Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI), em processo de legalização. Nas áreas rurais da zona norte predominam atividades de produção agrícola (extensiva, subsistência e mistas), havendo um polo industrial, coincidente com a proximidade ao Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, local de

⁸ Declives entre 12 e 16%.

⁹ Declives superiores a 16%.

transações comerciais, predominantemente comércio hortofrutícola para toda a região norte de Lisboa.



Figura 6: Portela, na zona oriental do concelho (Fonte: Arquivo CML, s/data).

III. Contributos para a elaboração do Plano de Estrutura: cidade de Loures

1) Área de intervenção do plano: Unidades Territoriais

Face ao objetivo do trabalho e ao objeto de estudo – a cidade de Loures - foi necessário proceder primeiramente à delimitação da área a identificar pelos vários intervenientes no estudo como área de intervenção, que na Matriz Estruturante correspondem às Unidades Territoriais.

Jorge Carvalho propõe que se identifiquem estas Unidades Territoriais, caracterizando-as como *“a porção do território que numa perspetiva geográfica, histórica e/ou funcional se revele como unidade, podendo ter ou não uma tradução administrativa”* (Carvalho & Oliveira, 2016, p.63). Esta delimitação define o contexto de atuação, tendo em consideração o que se identifica como sistema urbano mais compacto (cidade compacta) e mais extenso (cidade alargada).

A *“Cidade Alargada pode ser definida como sendo cada cidade compacta/contínua, com a sua envolvente mais próxima, podendo integrar outras aglomerações, fragmentos urbanos e construção dispersa e ainda as ocupações agroflorestais com que se interpenetra”* (Carvalho & Oliveira, 2016, p.65). No nosso caso, considerámos as áreas e povoações rurais e urbanas de menor dimensão, próximas da cidade de Loures, que fazem parte do seu funcionamento quotidiano e das dinâmicas populacionais. À Cidade Compacta corresponde o espaço urbano consolidado e os bairros/áreas urbanas consolidadas que a constituem.

Para além desta designação geral das duas realidades da cidade, trabalhamos com o conceito de “unidades de paisagem” (Cancela D’ Abreu, 2007), com o objetivo de distinguir e delimitar as diversas zonas na cidade, dentro dos conjunto de cidade compacta e alargada, que possuem características gerais que identificámos como relativamente homogéneas, que se repete e que se diferencia das áreas envolventes . Às unidades de paisagem

associa-se um padrão específico (relativamente homogêneo quanto às características naturais e/ou culturais) a que está relacionado um determinado carácter, seja simbólico, perceptivo e/ou funcional (Cancela D' Abreu, 2007).

A nossa abordagem incide numa paisagem com uma componente urbana marcante, onde ocorrem espaços muito distintos, com identidade e dinâmica diferenciadas, que se traduzem nas seguintes unidades e subunidades¹⁰, representadas cartograficamente na Figura 7:

Cidade Compacta

Centro do Cidade/Núcleo Central

Fanqueiro

Mealhada

Zona Nascente de Loures

Infantado

Marzagão e Bairro das Sapateiras

Casa do Adro

Cidade Alargada

Sete Casas e Milharada

Planalto da Caldeira/Hospital

Frielas

Zona Logística de Frielas

Quinta do Conventinho


Santo António dos Cavaleiros

Ponte de Frielas e Flamenga

Correio-Mor

Várzea

¹⁰ É de salientar que as áreas identificadas não correspondem a unidades de paisagem. Reafirmamos que somente nos baseámos na ideia subjacente a este **conceito no processo de delimitação** das áreas diferenciadas que compõem a cidade.



É de salientar que existem duas áreas que não têm atribuição como Parte da Cidade¹¹ e que correspondem ao Barro (a oeste da Casa do Adro) e a Quinta Nova de São Roque (a norte do Fanqueiro). A não integração no estudo justifica-se pela dúvida sobre a sua inclusão¹², por parte da Câmara Municipal, motivo porque a sua integração ainda está em aberto. Por esta razão decidimos não alterar o limite conforme foi elaborado na Divisão de Planeamento Urbano.

¹¹ Os vazios existentes, a norte, dentro do limite da Cidade Alargada.

¹² Considerou-se que estas zonas têm uma menor dinâmica na relação com o centro da cidade, em comparação com a outras partes da cidade.

Cidade Compacta e Alargada; Partes da Cidade

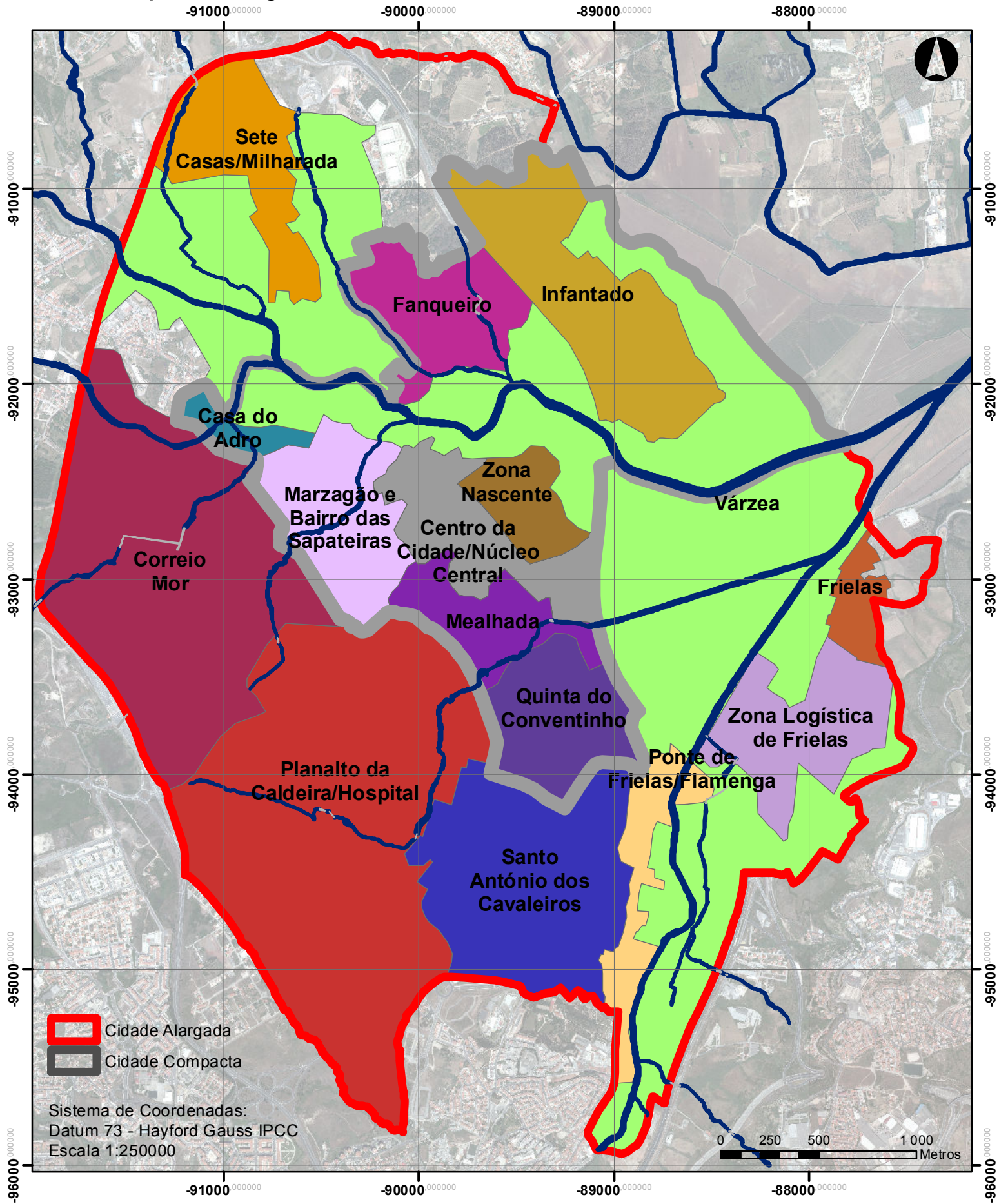


Figura 7: Cidade Compacta e Alargada; Partes da Cidade (Cartografia produzida pelo autor, com as bases cartográficas fornecidas pela CML, setembro 2017).

- **CIDADE COMPACTA**

Centro da Cidade/Núcleo Central

Corresponde à zona da cidade Loures (Figura 8) com a maior concertação da população em período diurno e onde ocorre o maior número de interações e circulação de pessoas. Pelo elevado número de serviços e equipamentos, em comparação com áreas habitacionais presentes, esta zona funciona como eixo central, a nível regional¹³, na ligação sul-norte entre o centro urbano metropolitano e a oeste-este entre a área metropolitana da zona norte – Vila Franca de Xira – Odivelas/Amadora/Sintra. Localmente é o ponto de encontro entre os vários núcleos habitacionais envolventes, e como sede de concelho, articula outras localidades com importância nas dinâmicas populacionais, como Santo António dos Cavaleiros e Sacavém.

Recentemente esta centralidade foi alvo de um projeto de requalificação urbana, que devolveu à população maiores áreas de espaço público e reordenação da circulação pedonal e área.

¹³ Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa.



Figura 8: Centro de Loures (Fonte: Arquivo CML, s/data).

Fanqueiro

Localizada a norte do núcleo central da cidade, a centralidade do Fanqueiro corresponde a uma zona essencialmente habitacional, onde é pontual a presença de serviços maioritariamente ligados às atividades da Várzea. Corresponde a um gradiente de ocupação urbana e surge como charneira entre a zona urbana e a zona rural do concelho, a norte.

Mealhada

Zona residencial que se desenvolve a sul do centro urbano de Loures, maioritariamente com carácter habitacional (Figura 9). Serve de gradiente urbano entre Loures e Santo António dos Cavaleiros / Frielas. Inscrevem-se aqui três equipamentos de relevância: o parque da cidade (Adão Barata), o museu municipal e o tribunal¹⁴. Em alguns focos é de ressaltar a existência de áreas urbanas de génese ilegal, um resquício da necessidade habitacional da segunda metade do século XX da área periférica de Lisboa.

¹⁴Incluimos pela sua área de incidência ao nível intermunicipal.



Figura 9: Centro da Mealhada (Fonte: CML- Arqª Fernanda Ferreira, março 2017).

Zona Nascente de Loures

Zona da cidade com edificação pouco qualificada, mas que serve como área de serviços secundária (Figura 10), desenvolvendo-se para este do Núcleo Central. A mesma inclui áreas não edificadas e valores naturais preservados. A sua qualificação como centralidade surge pela estratégia municipal da requalificação e ordenamento da zona (através de um plano de pormenor que ressalva a criação de novos equipamentos e supressão das carências habitacionais no centro da cidade).



Figura 10: Loures Nascente, junto à Proteção Civil (Fonte: CML-Arqª Fernanda Ferreira, abril 2017).

Infantado

Zona essencialmente habitacional, mas com um crescente desenvolvimento como polo de atividades terciárias, e que surgiu como expansão do núcleo central, tornou-se uma centralidade na dinâmica da cidade de Loures. A construção da zona comercial pode ter contribuído para uma maior fixação de serviços, que contribuíram para tornar esta área bem-sucedida enquanto área de expansão, apesar das críticas tecidas quanto à sua localização. O maior constrangimento relativamente à sua continuidade com o Núcleo Central reside, em primeiro lugar (e de forma irreversível) pela presença do eixo viário principal da A8 e, por outro lado, pela presença da Várzea, que está incluída na Reserva Agrícola Nacional (RAN), sujeita a regime *non aedificandi*.

Marzagão e Bairro das Sapateiras

Zona que se desenvolve entre o Rio de Loures e a encosta da Quinta do Correio-Mor, o Marzagão faz parte da área urbana que se desenvolveu desde a Casa do Adro (núcleo antigo) para sul. Atualmente é uma área que inclui várias funções: áreas habitacionais bem como algumas atividades económicas terciárias (Figura 11). Funciona igualmente como uma nova centralidade, interligando a zona oeste do concelho, essencialmente rural, e este (Pinheiro de Loures – Tojais) e oeste-norte (Pinheiro de Loures – Lousa), estando prevista, através do Plano de Pormenor de Correio-Mor, a sua ligação a sul, estabelecendo um eixo até à nova centralidade do Hospital. O mesmo plano propõe a expansão dos parques, para além da consolidação habitacional, partindo do Jardim Rosa Major Bastos, o antigo jardim público da cidade. Nesta parte da cidade também se localiza o Bairro das Sapateiras que é uma zona habitacional que se desenvolve ao longo da encosta de Correio-Mor. A sua génese provém da necessidade de expansão urbana da cidade de Loures, contendo elementos característicos do período urbano pós 25 de Abril, nomeadamente pela construção do bairro social para colmatar a urgência de habitação característica desse período. Atualmente a sua posição relativamente à nova centralidade do Hospital confere-lhe uma transição entre o centro da cidade e a zona norte, com ligação alternativa ao concelho de Odivelas.



Figura 11: Rua entre o Centro da Cidade e o Bairro das Sapateiras (Fonte: CML-Arqª Fernanda Ferreira, abril 2017).

Casa do Adro

Núcleo antigo e inicial da cidade de Loures, centrada na Igreja Matriz, que integra áreas habitacionais, algumas, entretanto, convertidas em serviços. A cidade expandiu-se para sul deste núcleo, invertendo a tendência de outras cidades que cresceram concêntricamente em relação à cidade antiga. Atualmente tem uma importância como polo cultural (Figura 12) e de equipamentos e ainda como a zona da cidade com maior abertura ao Rio e à Várzea.



Figura 12: A Casa do Adro, polo cultural. Em plano de fundo a Encosta de Correio Mor. (Fonte própria, julho 2017).

- **CIDADE ALARGADA**

Sete-Casas e Milharada

Zona periurbana que se desenvolve para norte do Núcleo Central que surge como área de charneira entre o espaço urbano e rural do concelho. Maioritariamente constituída por área habitacional, incluído ainda algumas de génese ilegal (Milharada), nesta área localiza-se também um polo de atividades industriais relevantes da cidade.

Planalto da Caldeira/Hospital

Zona revitalizada motivada pela construção de um equipamento de serviço regional - o hospital – que se localizou numa área central entre as localidades de Loures, Santo António dos Cavaleiros e Póvoa de Santo Adrião (Odivelas), servidas pelas infraestruturas de articulação da área norte de Lisboa (CREL) e a com oeste (A8). Antes da construção do Hospital (Figura 13) a zona já se assumia como um polo comercial. O plano de pormenor de Correio-Mor

vem dignificar a zona com a proposta de novas áreas de habitação, de áreas de serviços, do polo de ciência e tecnologia e com a criação de espaço público para fruição (construção de novos parques e interligação com a estrutura verde já existente e ainda na ligação ao Rio).



Figura 13: Hospital e zona comercial (Fonte própria, julho 2017).

Frielas

Localidade que mantém alguns elementos rurais, nomeadamente no núcleo antigo, dado o tipo de habitação (apenas com um piso térreo) e atividade agrícola remanescente. Porém, também sofreu com a expansão urbana motivada por carências habitacionais da periferia de Lisboa. É um centro urbano de relevância pois surge como elemento de ligação entre a zona ocidental e oriental do concelho (ligação Loures-Sacavém). A expansão da zona industrial/logística para sudoeste reforçou a sua importância como centralidade na cidade de Loures.

Zona Logística de Frielas

Resultou da necessidade da expansão de áreas industriais, localizando-se na continuidade do núcleo urbano de Frielas. Esta zona, assim como o polo industrial das Setes Casas, são as únicas zonas onde se concentram as atividades industriais. A Zona Logística de Frielas inclui ainda alguns conjuntos habitacionais de génese ilegal (Bairro das Queimadas, Mira-Loures, etc.), localizados na extensão para oeste, ao longo da encosta das Costeiras de Loures. A sua expansão interliga-se com a implantação do Mercado Abastecedor da Região de Lisboa na zona norte do concelho e, recentemente, a sua relevância acentuou-se com a construção de uma área comercial (IKEA), instalada numa área previamente classificada como industrial.

Quinta do Conventinho

Zona de transição, que se desenvolve ao longo de uma encosta, entre a zona central de Loures e Santo António dos Cavaleiros, que inclui as novas habitações junto ao conjunto patrimonial da Quinta do Conventinho (Figura 14). A expansão urbana permitiu uma intensificação da coesão territorial urbana, conseguida através do contínuo urbano entre as duas localidades.



Figura 14: Quinta do Conventinho (Fonte: CML- Arqª Fernanda Ferreira, março 2017).

Santo António dos Cavaleiros

Zona urbana localizada a sul do Núcleo Central de Loures, esta vila de Santo António de Cavaleiros (Figura 15) tem crescido e tem-se desenvolvido quer ao nível de habitação, serviços e infraestruturas, quer ao nível do espaço público. A vila assume um papel importante como zona habitacional periférica de Lisboa (cidade-dormitório em relação à capital).



Figura 15: Santo António dos Cavaleiros em terceiro fundo.
(Fonte: CML- Arqª Fernanda Ferreira, março 2017).

Ponte de Frielas e Flamenga

Esta é uma zona que se distingue por um contínuo urbano linear, entre Loures e Póvoa de Santo Adrião, passando por Santo António dos Cavaleiros. Caracteriza-se por ser uma zona mista, de habitação e de serviços, ao longo da frente urbana, que se desenvolveu dada à importância do eixo viário da N2 (Figura 16), com ligação a Odivelas e Lisboa. Desenvolve-se igualmente ao longo da Ribeira da Póvoa, integrando-se, em parte, na Várzea. Ainda apresenta algum uso agrícola, mas de carácter não intensivo (ao contrário da restante Várzea). Atualmente mantém-se como uma importante zona de ligação do norte do concelho com Odivelas e Lisboa e ainda com a zona oriental (Frielas-Sacavém-Portela-Moscavide).



Figura 16: Via principal da Ponte de Frielas (Fonte: Arquivo CML, março 2017).

Correio-Mor

Zona conhecida como Encosta de Correio-Mor que é caracterizada por declives acentuados (12 a 16%) e acidentados (superior a 16%) e médias altitudes (150 a 200 m), que limitaram a ocupação humana. Mantém-se como a área que preserva extensas manchas de vegetação natural, predominantemente o sobreiral, o tojal e o zambujal na vertente sul e este e, de carvalhal, na vertente norte. O conjunto da Quinta e Palácio de Correio-Mor (Figura 17) é um importante elemento patrimonial que está encaixada numa depressão côncava a média altitude.



Figura 17: Palácio do Correio-Mor (Fonte: Arquivo CML, s/data).

Várzea

A paisagem de Várzea (Figura 18) representa-se como uma singularidade da zona a norte de Lisboa¹⁵ É a área de contacto entre os vários centros urbanos da zona central do concelho onde ainda se mantém a atividade agrícola motivada pela boa fertilidade dos solos, terreno plano, abundância de água (onde confluem várias ribeiras nos Rios principais, Loures e Trancão) e a manutenção de pequenas empresas que exploram a terra.

A estrutura da propriedade da Várzea distingue-se entre a parte norte, junto a Sete Casas, Marzagão, Casa do Adro e Faqueiro, onde subsiste a pequena e média parcela (inferior a 2 ha), com algumas explorações de agricultura intensivas, principalmente ao longo da Ribeira das Sete Casas. Na parte intermédia da Várzea, entre Loures, Mealhada, Infantado e Frielas (limitada

¹⁵ A confirmá-lo encontra-se a designação que a Unidade de Paisagem onde o concelho está inserido toma, de “*Terra Saloia - Baixas de Loures e Encostas Envolvente*” (Cancela D’ Abreu, 2002).

pelas Costeiras), localizam-se parcelas mais extensas (superiores a 4 ha), com exploração agrícola intensiva. Na parte sul da Várzea, entre a ponte de Frielas e Flamenga (igualmente limitada pelas Costeiras), domina a pequena parcela (inferior a 1 ha) sem que se observe a produção agrícola intensiva.

Nos anos 40 do século passado a Várzea sofreu uma alteração profunda na sua dinâmica hídrica, pela construção de um sistema de drenagem complexo, constituído por um conjunto de valas de drenagem, uma compartimentação definida por motas e cômoros que alteraram o padrão de drenagem ao permitirem a contenção da água¹⁶ pelos vários terrenos, constituindo-se assim o Perímetro Hidroagrícola da Várzea de Loures, gerida pela Associação de Beneficiários de Loures.



Figura 18: Várzea de Loures (Fonte: Arquivo CML, s/data).

¹⁶ Melhorando as condições de fertilidade do solo.

No processo de identificação, caracterização e sustentação das unidades territoriais considerámos fundamental apoiar-nos na elaboração de uma análise biofísica, pois o conhecimento dos aspetos geomorfológicos ajuda à compreensão das características naturais e culturais desta paisagem. Por outro lado, a sua elaboração é importante na adaptação para a escala de trabalho, permite um maior grau de pormenor na análise dos seus componentes¹⁷.

2) Análise Biofísica

Para compreendermos as características do suporte biofísico que sustenta a cidade, realizámos uma síntese da análise biofísica tendo por base a interpretação da cartografia produzida e a confirmação de alguns aspetos em visitas em campo.

Como já mencionado na metodologia, reconhecemos que foi fundamental a elaboração desta análise porque a mesma não está prevista na metodologia que seguimos¹⁸. Para tal procedemos à análise e síntese do relevo, a partir da construção de um modelo digital do terreno, com base na informação altimétrica e hidrográfica disponibilizadas pela CML.

a) Hipsometria

A área de intervenção tem uma grande diversidade altimétrica, com altitudes entre os 3 a 234 metros, que subdividimos em 12 classes de 20 em 20 metros. No resultado obtido podemos identificar quatro situações particulares: a primeira compreende a grande área de baixa que corresponde à Várzea de Loures; a segunda inclui as encostas localizadas a oeste e sudoeste que correspondem à Encosta de Correio-Mor e ao Planalto da Caldeira; a terceira corresponde às costeiras de Loures, localizadas a este, e que na área de intervenção

¹⁷ A CML tem disponível uma caracterização da análise biofísica à escala 1:25 000. Achámos pertinente a realização de uma nova cartografia adaptada à escala 1:10 000, utilizando as bases cartográficas da mesma entidade.

¹⁸ Do ponto de vista da arquitetura paisagista a análise biofísica é essencial à compreensão de qualquer paisagem.

corresponde à sua base; a quarta situação localiza-se a norte, com as suaves elevações das Sete-Casas e Á-das-Lebres. O Anexo I ilustra a cartografia associada a este tema.

b) Fisiografia

A área de intervenção situa-se na bacia do Rio Trancão, afluente do Rio Tejo, precisamente na sub-bacia do Rio de Loures (Figura 19) e que fazem parte a Ribeira do Pinheiro de Loures, de Santana (nascente na Encosta de Correio-Mor, de Sacouto e das Sete Casas (nascentes nas elevações com o mesmo nome), a norte, e a sul a Ribeira da Póvoa (Figura 20) com os afluentes principais como a Ribeira da Mealhada (com nascente no Planalto da Caldeira) e as Ribeiras da Encosta de Camarate (nascente nas Costeiras). Por se tratar de áreas bastante urbanizadas, alguns troços de certas ribeiras estão canalizadas.

As pequenas sub-bacias que se localizam na área em estudo são delimitadas por festos terciários, de quarta e quinta ordem, pois todas se inserem na mesma bacia hidrográfica (Trancão). O Anexo I ilustra a cartografia associada a este tema.



Figura 19: Rio de Loures, na área do Perímetro Hidroagrícola (Fonte própria, março 2017).



Figura 20: Ribeira da Póvoa, ladeada pelas motas (Fonte própria, agosto 2017).

c) Exposição

As encostas temperadas e frias são dominantes na área em estudo (Anexo II), coincidindo com o relevo da Encosta de Correio-Mor e das Costeiras. As encostas quentes são predominantes no setor norte, coincidindo com as elevações das Sete-Casas. Apesar do resultado obtido por análise do modelo digital do terreno indicar as várias exposições na Várzea, não podemos deixar de salientar o erro que lhe está implícito uma vez que na realidade esta área está exposta a todas as orientações dada a topografia que a caracteriza.

d) Declive

Na área em estudo verifica-se uma variação de declives acentuada, com intervalo entre 0 e mais que 25% (Anexo III). Igualmente como na análise do relevo, podemos identificar três situações distintas: a primeira, que corresponde ao relevo plano a suave, com declives inferiores a 8%, onde a Várzea se integra; a segunda com relevo ondulado a acidentado, com declives entre 8 e 16%, que correspondem à vertente sul da Encosta de Correio-Mor e ao Planalto da Caldeira; na terceira e última situação, o relevo acidentado a muito acidentado, com declives superiores a 16% e que correspondem à vertente norte e este da Encosta de Correio-Mor (Figura 21) e à vertente das Costeiras.



Figura 21: A Várzea e em plano de fundo a Encosta de Correio Mor (Fonte própria, maio 2017).

Barreiras e Fronteiras

Na metodologia seguida refere-se que a identificação das barreiras (Figura 22) pode contribuir para a definição das unidades territoriais¹⁹ e que tais barreiras e fronteiras podem ser topográficas ou construídas (Carvalho & Oliveira, 2016, p. 69).

No caso da cidade de Loures as barreiras ajudaram a definir algumas Partes da Cidade tendo sido, no entanto, estas áreas posteriormente ajustadas de modo a incluir áreas urbanas diferenciadas.

Sublinhamos o facto de termos encarado as barreiras naturais como uma estrutura determinante na transformação da cidade. Constituem, no contexto da metodologia que seguimos, uma estrutura que encaramos como uma importante potencialidade, dado o seu significado na continuidade biofísica que está associada aos sistemas naturais.

¹⁹ Que se traduziram no que identificámos antes como unidades que integram as partes da Cidade alargada e compacta.

Barreiras e Fronteiras

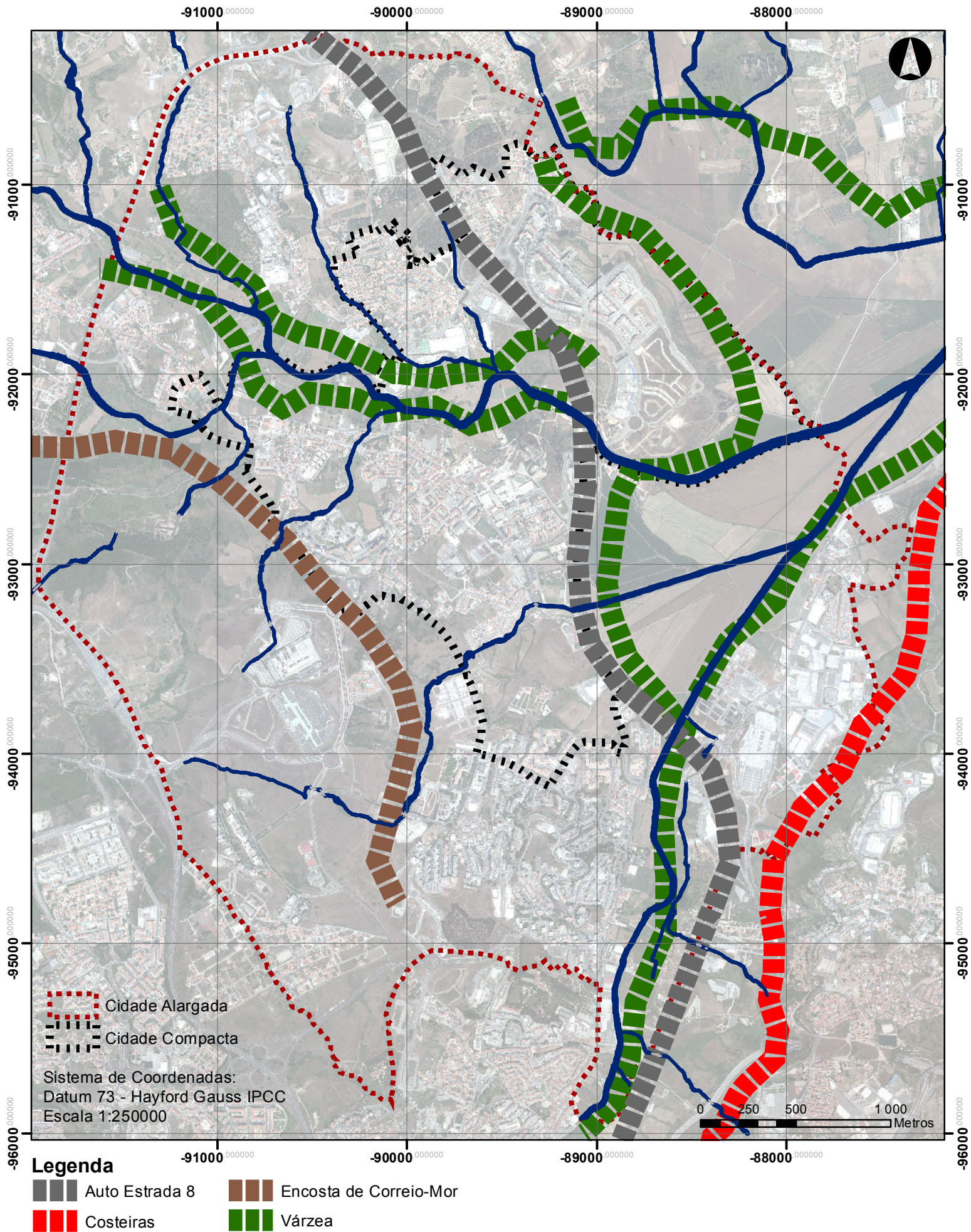


Figura 22: Barreiras e Fronteiras
(Cartografia produzida pelo autor, com as bases cartográficas fornecidas pela CML, setembro 2017).

Podemos dar o exemplo do Rio de Loures e das ribeiras afluentes, que atualmente não têm concretizadas ações e projetos que as utilizem como elementos para o recreio e fruição por parte da população. Felizmente a Câmara Municipal tem vindo a produzir algumas iniciativas e projetos que visam aquele cenário.²⁰

Foram identificadas cinco situações de barreiras/fronteiras:

i) A rede hidrográfica principal que inclui as linhas de água permanentes:

- Rio de Loures
- Ribeira da Póvoa
- Ribeira de Santana
- Ribeira das Sete Casas
- Ribeira do Pinheiro de Loures
- Ribeira de Sacouto
- Ribeira da Mealhada

ii) A Várzea, que pelas sistemáticas cheias e pelo seu potencial agrícola mantiveram esta área como uma prioridade na sua conservação, nomeadamente expressos na sua inclusão na Reserva Agrícola Nacional (RAN) e Reserva Ecológica Nacional (REN);

iii) Encosta do Correio-Mor, cujo relevo muito acidentado e elevado diferencial altimétrico limitaram o crescimento da área urbana;

iv) Costeiras, também devido às características de relevo acidentado e diferencial altimétrico;

v) A Auto estrada 8 (A8), corresponde à única barreira artificial que identificamos nesta paisagem dada a sua largura e situação de aterro em que se concretiza em quase toda a extensão. Motivos porque a considerámos um elemento de cisão entre a parte ocidental e oriental da cidade compacta.

²⁰ Por exemplo, está em curso uma candidatura para a recuperação das linhas de água, com remoção de vegetação infestante e a criação de percursos ao longo do Rio de Loures, devidamente requalificadas com plantação de vegetação autóctone e apoiadas com a introdução de mobiliário urbano e iluminação.

Polos Vivenciais

i) Centralidades

As centralidades são entendidas como “(...) concentrações de funções terciárias, originando forte presença humana e conseqüente oportunidade de encontro e lazer, englobando equipamentos e monumentos” (Carvalho & Oliveira, 2016, p. 80). Para a Matriz Estruturante associámos as centralidades às partes da cidade onde se concentram de modo mais significativo as atividades urbanas (habitação, recreio e serviços).

Estabelecemos a relação entre a classificação de solo para cada centro urbano onde uma centralidade bem estabelecida é a que responde a uma maior heterogeneidade das categorias e com respetivo peso do setor terciário. (percentagem da relação entre parte da cidade e respetiva classificação do solo atualizada). A cartografia associada bem como a respetiva tabela das percentagens está ilustrada no Anexo IV.

Dessa leitura resultou que tenham sido considerados e analisados os seguintes centros urbanos, dentro do que classificamos como centralidades:

Centro do Cidade/Núcleo Central

Adro

Infantado

Mealhada

Quinta do Conventinho

Zona Nascente de Loures

Bairro das Sapateiras

Marzagão

Mealhada

Fanqueiro

Hospital

Santo António dos Cavaleiros

Frielas

Zona Logística de Frielas
Ponte de Frielas/Flamenga
Sete Casas/Mealhada
Correio-Mor

Para um melhor entendimento da localização e caracterização das centralidades, identificámo-las/confrontámo-las dentro das Partes da Cidade. Esta correspondência facilita a identificação das zonas urbanas que têm o potencial de se tornarem ou reafirmarem como centralidades. Excluimos as Partes da Cidade que se encontravam maioritariamente em solo rural pois consideramos que têm aptidão para a produção agrícola e/ou funções de proteção/conservação.

Admite-se que esta questão das centralidades é um elemento que suscita maior atenção dada à sua importância face ao novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, sendo por isso um tema significativamente oportuno no contexto do ordenamento municipal.

ii) Equipamentos

Os equipamentos, pela prestação de serviços que oferecem à população, são elementos fundamentais na estruturação urbana (Carvalho & Oliveira, 2016, p. 82). Os equipamentos são fundamentais para a oferta de serviços à população e funcionam como pontos de encontro. Nesta análise procedeu-se à utilização da informação geográfica da Câmara Municipal, que integrámos na Matriz Estruturante, tendo sido apreciado o padrão de distribuição dos diferentes tipos identificados nas diferentes Partes da Cidade (Anexo V):

Foram considerados os seguintes tipos de equipamentos²¹:

- Bibliotecas/Pavilhões Multifuncionais e Museus
- Cuidados e Serviços de Saúde

²¹ Designações tipológicas existente na informação cartográfica e documental da Câmara Municipal de Loures.

-
- Culto/Religiosos
 - Desportivos
 - Ensino e Formação
 - Estabelecimentos Comerciais
 - Jardins e outras tipologias de recreio em meio urbano
 - Cuidados e Serviços Veterinários
 - Serviços Administrativos

Nessa leitura concluímos que há uma maior concentração e diversidade de equipamentos (mais de 10 equipamentos; superior a 7 tipos) no Núcleo Central/Centro da Cidade, Marzagão e Bairro das Sapateiras, Infantado, Frielas e Santo António dos Cavaleiros; uma média concentração e diversidade (entre 5 e 10 equipamentos; entre 5 a 7 tipos) no Fanqueiro, Mealhada, Planalto da Caldeira/Hospital e Ponte de Frielas/Flamenga; pouca concentração e diversidade (entre 2 e 4 equipamentos, entre 2 a 4 tipos) na Quinta do Conventinho, e Sete Casas/Milharada; e é quase nula (inferior a 2 equipamentos; inferior a 2 tipos) em Correio-Mor, Zona Logística de Frielas e na Várzea. Ressalvamos que nas localidades de Milharada e Sete Casas não existem jardins ou outras tipologias de recreio em meio urbano.

iii) Monumentos

Consideramos que a utilização desde termo pode suscitar algumas dúvidas admitindo-se ligar-se mais à ideia de que se trata só dos elementos patrimoniais classificados²². Da compreensão que realizamos da metodologia seguida e terminologia usada, consideramos que este termo diz respeito aos bens imóveis, onde se incluem elementos isolados e conjuntos, distribuídos pelas mais diversas categorias de espaços, desde os arquitetónicos aos naturais e paisagísticos), que possuem significado histórico, independentemente de os mesmos estarem ou não classificados.

²² Nomeadamente pela existência da designação de “Monumento Nacional” na Lei nº 107/2001, de 8 de setembro.

Os *monumentos* fazem parte do património identitário da paisagem de Loures e igualmente funcionam como pontos de encontro da comunidade e simbolizam os momentos particulares da história da cidade e do concelho. Utilizámos a informação patrimonial da cidade²³ a qual representámos na Matriz Estruturante como o último tema respeitante aos polos vivenciais (Anexo VI).

Dentro desta categoria de monumentos incluímos as Quintas de Recreio²⁴ existentes na área de intervenção por serem elementos característicos desta paisagem, conforme o Plano Verde de Loures apresenta em que afirma “a importância das quintas e casais na organização do espaço agro-florestal do Concelho de Loures” (Magalhães, 2007, p. 239) onde “a humanização da paisagem de Loures sempre esteve associada à atividade agrícola (desde a Ocupação Romana)” (idem, p.238).


Rede de Mobilidade e Acessibilidade

Na identificação da rede de mobilidade e acessibilidade consideraram-se os principais eixos viários, conforme integrados no Plano Diretor Municipal²⁵ que ligam os centros urbanos em estudo. O principal objetivo desta rede é, conforme referido, a articulação pedonal entre centros urbanos, em que identificámos as principais ligações e explicitam-se as mais evidentes fragilidades de cada uma. Ressalvamos que se deu relevância às ligações com o Núcleo Central/Centro Urbanos de Loures, de modo a responder ao solicitado pelo município, quanto ao reforço da coesão territorial das partes que compõem a cidade de Loures. Também é de referir que a maioria das objeções afirmadas correspondem a uma avaliação com base em conversas com técnicos e visitas de campo, logo fortemente sustentadas numa base empírica.

²³ Mais concretamente a Carta Patrimonial do Concelho, de onde seleccionámos os monumentos mais icónicos da cidade por serem facilmente reconhecidos, quer pela sua localização, história ou imagem.

²⁴ A maioria não está classificada.

²⁵ Publicado no Aviso n.º 6808/2015 de 18 de junho.



A estruturação desta rede permite repensar a utilização de infraestruturas existentes enquanto elemento urbano. De acordo com a metodologia, a rede de mobilidade e a estrutura ecológica contribuem para a constituição de rede - ligação de elementos - mas com propósitos diferentes, que se articulam. Com a rede de mobilidade e acessibilidade há um propósito de mobilidade fácil e rápida entre os vários pontos da cidade. Com a estrutura ecológica promove-se a proteção da matriz biofísica que faz parte do espaço urbano, com valorização das funções de proteção, recreio e produção, portanto também com integração da mobilidade.

Seleccionámos as ligações entre Partes da Cidade com maior concentração urbana, ilustrados na Figura 23, que analisámos segundo os seguintes parâmetros:

- 1) Extensão;
- 2) Troços com declives elevados;
- 3) Inclusão em área total ou parcialmente urbana e/ou rural;
- 4) Verificação da existência de passeios;
- 6) Verificação da existência de mobiliário urbano e iluminação pública;
- 7) Principais constrangimentos e carências.

Rede de Mobilidade e Acessibilidade

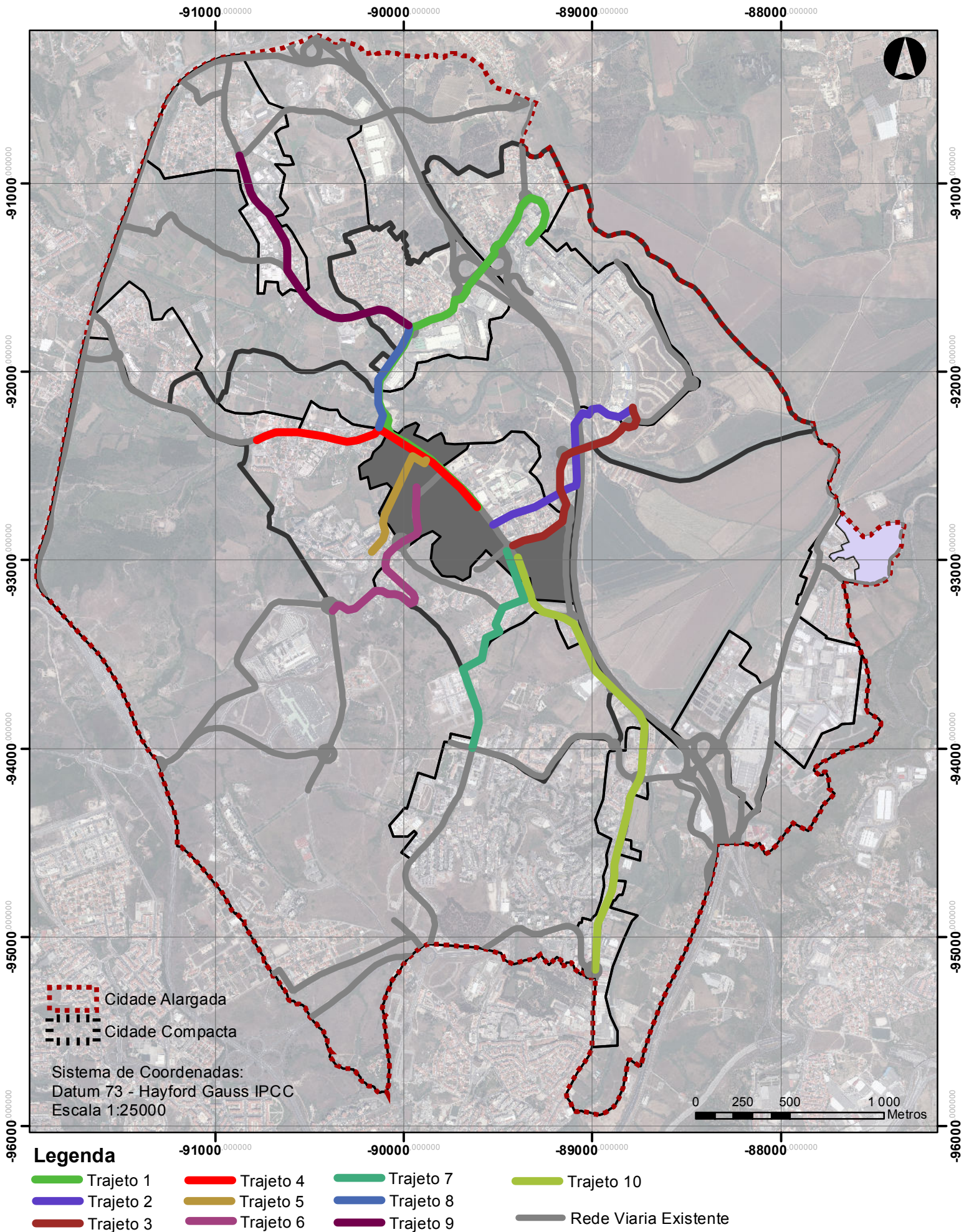


Figura 23: Rede de Mobilidade e Acessibilidade
(Cartografia produzida pelo autor, com as bases cartográficas fornecidas pela CML, setembro 2017).

i) Ligação entre o Núcleo Central/Centro da Cidade – Infantado

Esta ligação é concretizada exclusivamente por três trajetos:

trajeto 1: pela Rua da República - Estrada Nacional 115

trajeto 2: pela *estrada antiga* que atravessa a Várzea entre a Rua da República e a rotunda da Quinta do Infantado;

trajeto 3: que liga a zona sul do Núcleo Central, junto ao Parque Adão Barata e atravessa a Via Circular de Loures, atravessando a A8 e conecta com a rotunda da Quinta do Infantado – Infantado Sul.

Estas partes da cidade distam aproximadamente entre 2500 (Infantado Norte, trajeto 1) e 1200 metros (Infantado Sul, trajeto 2 e 3).

- O trajeto 1 apresenta declives inferiores a 8%; o trajeto 2 apresenta alguns troços inclinados, entre 12 e 16% e o trajeto 3 apresenta alguns troços inclinados entre 8 e 12%, considerando que em parte é sobre elevado (viaduto sobre a A8).

- O trajeto 1 atravessa em parte o núcleo consolidado mais antigo, junto ao Jardim Major Rosa Bastos, porém ao atravessar a ponte da Várzea contacta-se com a zona de atividades comerciais e ainda com a frente urbana do Fanqueiro e ainda atravessa o nó da A8, desprovido de qualquer área edificada. O trajeto 2 realiza-se pela Várzea, cruzando pequenas propriedades, algumas abandonadas. Como *estrada antiga*, a ligação não é linear como a primeira, pois a sua geometria e direção varia conforme o declive. O trajeto 3, em quase toda a sua extensão, não se desenvolve em espaço urbano consolidado.

- O trajeto 1 apresenta passeios em toda a extensão, exceto no troço que cruza o nó da A8 (cerca de 1/3 do total). No trajeto 2 a sua presença verifica-se em toda a área urbana e não se verifica na parte rural (Várzea). No trajeto 3 estão presentes os passeios em toda a sua extensão.

- A iluminação pública está presente em todos os trajetos, mas com menor distribuição no troço que atravessa a Várzea (trajeto 2) e no trajeto 3 está ausente entre o atravessamento a A8 até ao Parque Adão Barata. A existência

do mobiliário urbano só se encontra presente nas áreas consolidadas do Núcleo Central e do Infantado e ao longo da frente urbana do Fanqueiro.

- O principal constrangimento é o nó da A8 que impossibilita a livre e segura deslocação entre as duas Partes da Cidade (trajeto 1). Encaramos o trajeto pela Várzea como uma potencialidade, considerando que com o reduzido fluxo automóvel que apresenta, poderá ser convertido num trajeto misto (pedonal, ciclável e automóvel). No trajeto 3 a ausência de iluminação e de mobiliário urbano e zonas de estadia dificulta a sua apropriação como ligação entre as duas partes da cidade.

ii) Ligação entre o Núcleo Central/Centro da Cidade – Marzagão e Casa do Adro e Bairro das Sapateiras

Esta ligação é concretizada por dois trajetos principais:

trajeto 4: pela Rua da República – Avenida Major Rosa Bastos

trajeto 5: pela Rua da República - Rua Dr. António de Carvalho Figueiredo

Estas partes da cidade distam aproximadamente entre 700 (trajeto 4) a 650 metros (trajeto 5).

- O trajeto 4 apresenta declive inferiores a 8%, e o 5 integra alguns troços com declives entre 12 e 16%;

- Ambos os trajetos ocorrem em espaço urbano consolidado, pelo que existem outras ligações possíveis por ruas de menor hierarquia. Considerámos estes trajetos pela sua importância como eixos fundamentais²⁶ de circulação, tanto pedonal como viária.

- Os passeios e iluminação pública existem em toda a sua extensão, porém em alguns troços os primeiros são utilizados como estacionamento e apresentam uma largura reduzida. As recentes obras de requalificação urbana da cidade alteraram esta condição na Rua da República (entre os Paços do Concelho e o Pavilhão Paz e Amizade) onde a circulação viária passou a

²⁶ Consideramos que o eixo fundamental é a via onde existe maior fluxo de pessoas, automóveis e que são hierarquicamente superiores na classificação do sistema de circulação.

realizar-se num só sentido, e ainda o aumento a largura dos passeios e incluído mobiliário urbano diverso de apoio a áreas de estadia.

- Os principais constrangimentos identificados foram o declive e a largura reduzida dos passeios no trajeto 5. No trajeto 4 poderia ser vantajoso a extensão das obras de requalificação urbana já realizadas, entre os Paços dos Concelho e o Jardim Major Rosa Bastos, considerando que é uma artéria fundamental do centro da cidade.

iii) Ligação entre o Núcleo Central/Centro da Cidade e Mealhada – Planalto da Caldeira/Hospital

Esta ligação é concretizada por um trajeto principal, pela Rua da República – Rua Manuel Francisco Soromenho – Rua de Ponta Delgada -

Trajeto 6. Estas partes da cidade distam aproximadamente 1270 metros.

- Este trajeto apresenta alguns troços com declives entre 12 e 16%.

- Encontra-se maioritariamente em espaço urbano consolidado, excetuando no troço final junto ao hospital. Existem outras ligações possíveis por ruas de menor hierarquia e caminhos de pé posto. Considerámos o trajeto indicado porque funciona como o único eixo fundamental de circulação, tanto pedonal como viária, apesar de estar prevista uma nova via entre o Hospital e o Marzagão²⁷.

- Os passeios e iluminação pública existem em toda a sua extensão, porém em alguns troços os primeiros têm uma largura reduzida.

- Não foram identificados espaços abertos formais para usufruto da população.

- Os principais constrangimentos identificados foram o declive e a largura reduzida dos passeios. Este facto permite-nos afirmar que este trajeto é claramente insuficiente para ligar a cidade a um equipamento importante como um hospital.

²⁷ Junto ao Jardim Major Rosa Bastos, através do Plano de pormenor do Correio-Mor.

- Ao longo do trajeto foi possível identificar várias áreas abandonadas, funcionando como vazios urbanos que dificultam a consolidação do tecido urbano²⁸. Consideramos que estes vazios têm a potencialidade de se tornarem espaços abertos públicos para usufruto da população (portanto traduzindo-se em mais áreas de estadia e equipamentos). Esta opção consolidaria a continuidade entre estas partes da cidade.

iv) Ligação entre o Núcleo Central/Centro da Cidade e Mealhada –e Santo António dos Cavaleiros

Esta ligação é concretizada por um trajeto que não funciona como eixo fundamental que provém da Rua da República, atravessa a Mealhada nas Ruas Ilha Terceira e Vieira da Silva até entrar na urbanização da Quinta do Conventinho (Santo António dos Cavaleiros, Rua Luís de Camões) – **trajeto 7**. Corresponde à única ligação direta entre estas duas partes que distam aproximadamente 1025 metros. A ligação alternativa efetua-se pela Frente Urbana da Mealhada, Ponte de Frielas e Flamenga, ao longo da Estrada Nacional 8.

- O trajeto apresenta alguns troços com declives entre 12 e 16 % e na Mealhada apresenta uma inclinação superior a 16%.

- Encontra-se maioritariamente em espaço urbano consolidado, excetuando a área entre a limite do contínuo urbano da Mealhada e Santo António dos Cavaleiros. Em redor da Urbanização da Quinta do Conventinho persistem alguns vazios urbanos.

- Os passeios e iluminação pública existem em toda a sua extensão, porém os passeios na Mealhada mantêm um largura mínima e ausência de espaços abertos formais para usufruto da população. Porém, a revitalização

²⁸ Os vazios urbanos traduzem uma fragmentação de áreas urbanizadas intercaladas com áreas não contruídas e sem qualquer aproveitamento atual tanto por particulares como pela administração local.

desta área está prevista, através do Plano de Pormenor da Quinta do Conventinho, com o aumento de áreas para de recreio.

- Os principais constrangimentos identificados foram o declive e a existência de vazios urbanos que dificultam a consolidação do tecido urbano. À semelhança de outros vazios urbanos identificados, consideramos que estes têm a potencialidade de se tornarem espaços abertos para usufruto da população.

v) Ligação entre o Marzagão – Fanqueiro e Sete Casas

Esta ligação é concretizada por dois trajetos:

trajeto 8: ao longo da EN8 atravessando o Rio de Loures unicamente num ponto junto às oficinas municipais e que conecta com a Frente Urbana do Fanqueiro.

trajeto 9: a ligação até às Sete Casas efetua-se ao longo da Rua Comandante Carvalho Araújo.

Estas partes da cidade distam-se aproximadamente 600 (trajeto 8) e 1500 metros (trajeto 9).

- O trajeto 8 apresenta declive inferiores a 8%.

- Os trajetos encontram-se maioritariamente em espaço urbano consolidado, excetuando a área de Várzea entre o Centro e o Fanqueiro, e a área entre o Fanqueiro e as Sete Casas, onde persistem algumas propriedades agrícolas pertencentes à Várzea.

- Os passeios e iluminação pública existem em toda a sua extensão, porém foram notadas carências de espaço abertos formais, na contiguidade com a Várzea²⁹, para usufruto da população. Igualmente a mesma observação para as Sete Casas.

- Os principais constrangimentos identificados foram o declive e a existência de vazios urbanos que dificultam a consolidação do tecido urbano. À

²⁹ Que seria uma opção ao localizar-se entre áreas urbanas consolidadas, seria uma opção a sua reconversão para o recreio.

semelhança de outros vazios urbanos identificados, consideramos que estes têm a potencialidade de se tornarem espaços abertos para usufruto da população.

vi) Frente Urbana da Mealhada, Ponte de Frielas e Flamenga

Esta ligação é concretizada por um trajeto ao longo da EN8 que liga o Centro da Cidade, a Mealhada, a Ponte de Frielas e a Flamenga - **trajeto 10**. Este trajeto liga estas partes da cidade que distam aproximadamente 2400 metros.

- Este trajeto apresenta declives inferiores a 5%.

- Esta ligação integra-se maioritariamente no espaço urbano e é limitada pela área rural entre a Mealhada e a Ponte de Frielas.

- Os passeios e iluminação pública existem em toda a sua extensão, porém o trajeto carece de espaços abertos formais³⁰.

- A existência de vazios urbanos entre a Mealhada e a Flamenga, dificultam a consolidação do tecido urbano. As localidades de Ponte de Frielas e Flamenga estão sujeitas a um elevado tráfego automóvel, o que compromete a segurança dos residentes. A reorganização das vias pedonais era uma ação que podia valorizar a circulação entre os restantes Partes da Cidade sem que sofressem influência do transporte automóvel.

Estrutura Ecológica Municipal

A estrutura ecológica de Loures, que se compõe em Nível Nacional e Internacional (Figura 24), Nível Regional (Figura 25) e Nível Local (Figura 26) está em vigor desde 2015, conforme o Plano Diretor Municipal.

Dado que a estrutura ecológica municipal (EEM) já se encontra aprovada considerámos que, no âmbito deste estudo, não faria sentido enveredarmos por uma apreciação crítica ao seu conteúdo e à sua expressão. Optámos por reforçar a sua importância como elemento da estrutura da cidade.

³⁰ É única exceção a ligação à Quinta do Conventinho (Museu Municipal).

Estrutura Ecológica Municipal de Loures – Nivel Nacional e Internacional

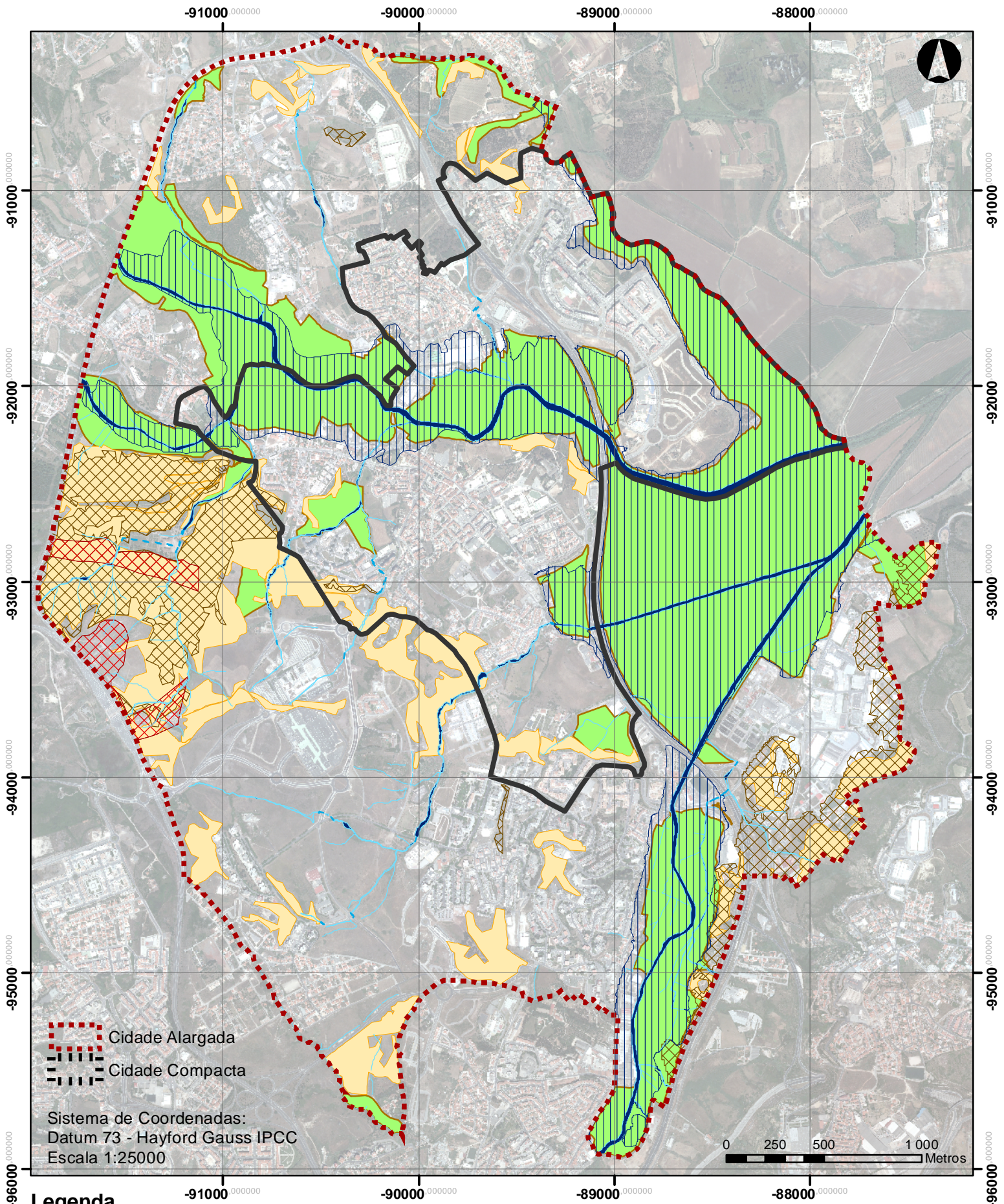


Figura 24: Estrutura Ecológica Municipal de Loures - Nível Nacional e Internacional (Cartografia adaptada pelo autor, a partir da Planta de Ordenamento - Estrutura Ecológica Municipal do PDM de Loures, setembro 2017).

Estrutura Ecológica Municipal de Loures – Nivel Regional

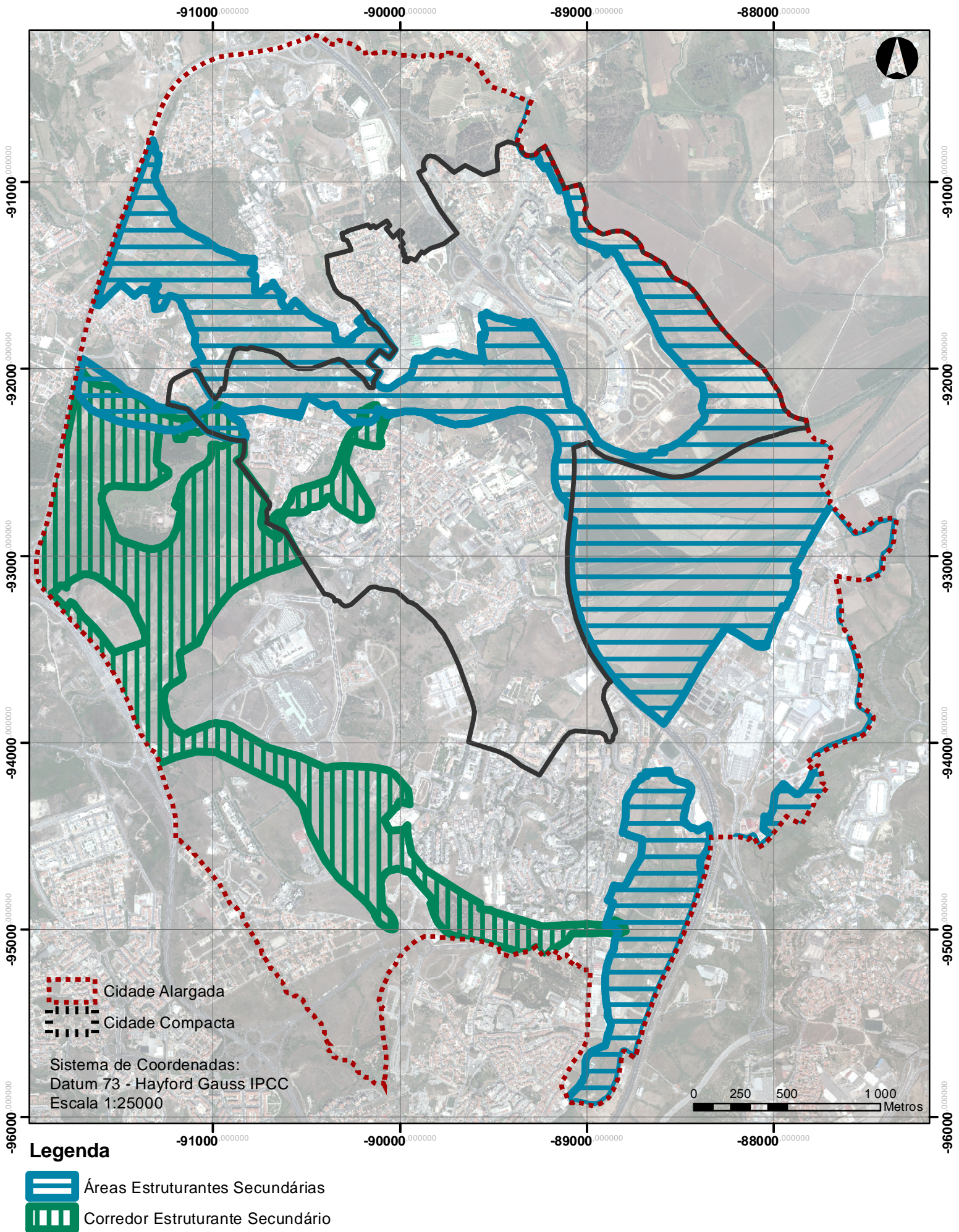
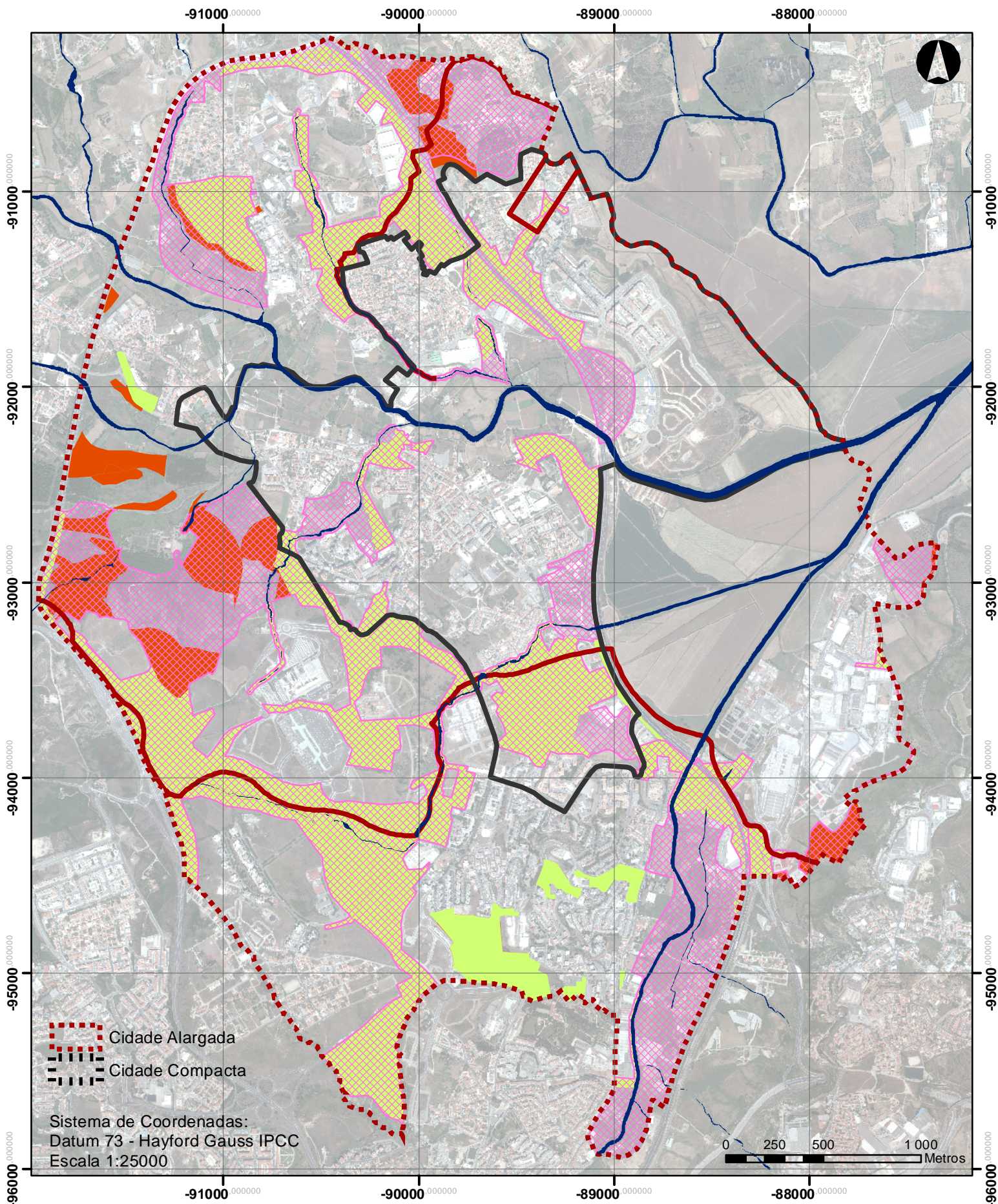


Figura 25: Estrutura Ecológica Municipal de Loures - Nivel Regional (Cartografia adaptada pelo autor, a partir da Planta de Ordenamento - Estrutura Ecológica Municipal do PDM de Loures, setembro 2017).

Estrutura Ecológica Municipal de Loures – Nivel Local



Legenda

- Corredores Vitais
- Áreas Vitais
- Estrutura Ecológica Urbana
- Valores Naturais

Figura 26: Estrutura Ecológica Municipal de Loures - Nível Local (Cartografia adaptada pelo autor, a partir da Planta de Ordenamento - Estrutura Ecológica Municipal do PDM de Loures, setembro 2017).

A estrutura ecológica municipal visa a preservação e manutenção dos recursos e valores naturais e do funcionamento ecológico presente no suporte biofísico, integrados numa lógica de estrutura contínua³¹, num gradiente que integra as *fácies* com características mais naturais, rurais e urbanas.

A estrutura ecológica de Loures integra três níveis:

- Ao nível Nacional e Internacional, integra áreas de grande relevância quando ao funcionamento dos sistemas ecológicos e recursos naturais fundamentais, designadamente a Reserva Ecológica Nacional (REN) e Reserva Agrícola Nacional (RAN).

- Ao nível Regional, integra “*áreas do território municipal consideradas estruturantes e decisivas*” (Plano Diretor Municipal de Loures, 2015), enquanto matriz biofísica da Área Metropolitana de Lisboa. Na área em estudo estão presentes a Área Estruturante Secundária da Várzea de Loures e Costeiras e o Corredor Estruturante Secundário da Várzea de Montemor.

- Ao nível Local, integram-se outros valores existentes no município de Loures, complementares aos níveis hierarquicamente superiores. As elaborações de estudos complementares, como o Plano Verde de Loures, contribuíram para a tal identificação que, numa análise à escala regional, não puderam ser integrados. Estão neste nível integrados:

- a) a *Estrutura Ecológica Urbana*, que corresponde aos ‘espaços verdes’³² e incorpora áreas propostas e executadas em instrumentos de gestão territorial.
- b) os solos afetos aos valores naturais (património geomorfológico, vegetação natural e seminatural e solos de elevado e muito elevado

³¹ Conforme está estabelecido no Plano Diretor Municipal.

³² A definição de espaços verdes, segundo o Plano Diretor Municipal, é a transposição do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, relativo aos os critérios de classificação e reclassificação do solo, e onde se lê que correspondem às “áreas com funções de equilíbrio ambiental, de valorização paisagística e de acolhimento de atividades ao ar livre de recreio, lazer, desporto e cultura, coincidindo no todo ou em parte com a estrutura ecológica municipal”.

valor ecológico), assim classificados no âmbito do Plano Verde de Loures³³;

- c) as *Áreas Vitais* que correspondem aos espaços abertos considerados estruturantes na reestruturação urbana³⁴;
- d) os *Corredores Vitais* que funcionam como estruturas lineares, total ou parcialmente livres de ocupação edificada, que estão articulados com as linhas de água ou drenagem natural de menor expressão e não estão identificadas a nível regional, mas que contribuem para a continuidade ecológica a nível local.

Sistema de Parques

Como antes mencionado, trabalhámos com a EEM aprovada, porém considerámos importante reforçar a sua importância enquanto elemento estruturante da cidade. Neste sentido considerámos importante a introdução do que designámos por ‘potencial sistema de parques da cidade’. Esta nova categoria de espaço foi assim integrada dentro da Estrutura Ecológica Municipal que usámos na construção da matriz estruturante.

O objetivo da introdução desta categoria de espaços decorre da necessidade de complementar o espaço urbano com espaços e equipamentos mais vocacionados ao recreio (ativo e passivo) e, simultaneamente, pela necessidade de criar espaços que promovam uma mais adequada proteção dos recursos naturais existentes e de potenciar outros, para além da necessidade de se criarem paisagens globalmente mais equilibradas. Neste contexto há que mencionar que o planeamento e execução de parques na cidade de Loures tem se desenvolvido ao longo dos últimos 20 anos (tendo sido iniciado com a

³³ O Plano Verde de Loures foi um estudo realizado pelo Instituto Superior de Agronomia, coordenado pela Prof. Doutora Manuela Raposo Magalhães. Algumas partes da investigação e trabalhos produzidos no âmbito deste estudo foram incluídos no Plano Diretor Municipal.

³⁴ As *Áreas Vitais*, de acordo com o Plano Diretor Municipal, “*correspondem aos espaços livres considerados vitais para a qualificação e estruturação urbana*”.

concretização do Parque da Cidade, atual Parque Adão Barata). A consciência da sua importância para a qualidade de vida resultou em vários parques executados e planeados nos dias de hoje.

Dadas as principais funções de proteção e recreio que estão associadas a estes espaços, é indiscutível a sua integração dentro da estrutura ecológica. Podemos mesmo afirmar que os parques surgem como âncoras entre a estrutura biofísica e os centros urbanos, constituído áreas fundamentais ao estabelecimento do *continuum natural* e à fusão de áreas com características mais urbanas com as mais rurais. Na nossa opinião são parte importante do gradiente que há que estabelecer estas áreas de maior urbanidade e outras de maior ruralidade, podemos mesmo dizer que de algum modo ‘atenuam a distância’ entre as duas realidades, circunstância que no concelho de Loures é bem vincado, nomeadamente entre a zona norte (eixo Loures/Bucelas/Lousa) e sul/oriental (eixo Santa Iria da Azóia/Sacavém/Moscavide).

Na área de intervenção, as tipologias de espaços abertos públicos existentes, com dimensão e características suscetível de os integrar a categoria de ‘sistemas de parques’ são: o Parque Adão Barata (Figura 27), pela sua proximidade e dimensão no centro da cidade; o Parque do Infantado, como apoio à população residente, como segundo polo habitacional mais importante; o Parque de Santo António dos Cavaleiros, como extensão do Jardim dos Donzéis (autoria de Gonçalo Ribeiro Telles). Também consideramos relevante o Jardim Major Rosa Bastos, que apesar de não corresponder à tipologia de parque, a sua importância histórica (antigo Jardim Público da cidade) e localização central e de entrada na cidade a norte e oeste, justifica a sua importância como espaço aberto relevante no conjunto da estrutura ecológica na cidade.

Na elaboração do Plano de Estrutura pensamos que há que considerar também os parques previstos (e não integrados na EE) designadamente aqueles que:

- Contribuem para o gradiente e *continuum naturale*, a estabelecer entre os espaços com características mais rurais e urbanas, que ligam as

várias partes da cidade; tais parques ao integrarem estas continuidades, para além de promoverem a continuidade dos elementos naturais e os seus fluxos, promovem dinâmicas vivenciais, promovendo a coesão territorial na fragmentação experienciada em Loures;

- Constituem importantes espaços de definição dos limites da cidade;
- Estabelecem a ligação aos bairros residenciais segregados, permitindo a sua ligação às várias partes da cidade.

Dos parques previstos, ilustrados no Anexo VII, são de salientar:

- O Parque do Rio, que permite uma abertura à realidade rural da várzea, recuperando e valorizando a componente agrícola que sempre esteve associada à cidade; a integração do sistema água, na sua vertente lúdica ao serviço da população; uma consciencialização de que a várzea (enquanto área que integra a RAN dado os bons solos que possui e que há que defender) não é um entrave ao desenvolvimento da cidade mas sim um valor, um espaço identitário, estruturante, caracterizador e promotor da qualidade de vida urbana;
- O Parque do Conventinho, entre a Mealhada e Santo António dos Cavaleiros, que anula o vazio urbano existente entre estas partes da cidade;
- O Parque do Marzagão (Figura 28) e da Quinta da Pipa, atualmente previsto no Plano de Pormenor de Correio-Mor (aprovado em 2015), permitem a ligação entre o Núcleo Central, Marzagão e a recente zona do Hospital, colmatando assim a ligação do Bairro das Sapateiras e da nova zona residencial e de serviços no prolongamento da encosta de Correio-Mor (ver barreiras);
- O Parque da Quinta da Pipa permite a ligação da centralidade do Planalto da Caldeira/Hospital com o centro de Santo António dos Cavaleiros.



Figura 27: Parque da Cidade, com vista para Santo António dos Cavaleiros (Fonte: CML-Arq^a Fernanda Ferreira, março 2017).



Figura 28: O Bairro das Sapateiras e a área do futuro Parque do Marzagão (Fonte própria, julho 2017).

Conclusão

Consideramos que o Plano de Estrutura é um instrumento válido para a construção de uma estratégia no planeamento das cidades. Serve como um modelo de ordenamento que simplifica o processo de recolha, análise e síntese da realidade urbana que se pretende sistematizar, com o intuito de facilitar a execução de um conjunto de estratégias que visam a qualificação do espaço e a vida da população. As Matrizes Estruturantes Existente e Proposta surgem, respetivamente, como bases documentadas de identificação dos elementos estruturantes da cidade e de linhas orientadoras para a resolução de insuficiências de forma a melhorar a consolidação urbana, reduzindo a sua fragmentação.

Trazer para a discussão do ordenamento e planeamento das cidades alguns autores de referência do século passado³⁵ e reavivar as preocupações que o período moderno provocou na organização das cidades, são contribuições importantes para estabelecer uma continuidade ideológica de como “fazer cidade”.

Contudo, apresentamos alguns aspetos que nos suscitam uma postura crítica, ou porque não são claros ou porque há omissão de assuntos que consideramos importantes nas questões de “fazer cidade” e, mais concretamente, ligadas à cidade de Loures.

Um outro aspeto que nos suscita dúvidas relaciona-se com a aplicabilidade deste modelo para espaços urbanos com características especialmente distintas face àquelas em que o modelo se focaliza ³⁶. O modelo orienta-se dentro de uma estratégia global de reversibilidade dos problemas causados pelo zonamento funcional, porém nem todas as cidades portuguesas tiveram uma influência marcante deste aspeto do período moderno.

³⁵ De onde se salientam os autores como Kevin Lynch, Asher, Castells, Rossi, mas também Caldeira Cabral e Ribeiro Telles,

³⁶ Considera que todas as cidades estão sujeitas aos mesmos instrumentos de gestão territorial, independentemente das suas diferentes características.


Já na realidade da cidade de Loures, certos aspetos suscitam-nos alguns comentários. Sobre os vários elementos e redes estruturantes da cidade identificados, a metodologia apela a conteúdos que se focam exclusivamente numa utilização de dados objetivos cartografados (vias, percursos, infraestruturas, equipamentos, monumentos etc.) e não deixa margem para incluir outras opções para a sua caracterização. A título de exemplo, lembrarmos que na identificação das centralidades, dos equipamentos estabelecemos a relação entre estas e a sua distribuição nas partes da cidade ou nas Ligações³⁷, definidas em que nos baseámos no conhecimento da cidade e que as trouxemos para a caracterização (identificação de eixos, verificação dos constrangimentos, a existência ou não de espaços públicos, passeios ou iluminação).

Nesta sequência pensamos que seria igualmente útil introduzir a metodologia do inquérito ou do mapa mental como instrumentos de análise, pois a participação da população tem bastante valor no processo de planeamento³⁸. Apesar de não termos seguido esta abordagem, consideramos que é uma ação a incluir em complemento à metodologia de referência seguida.

Um outro aspeto prende-se com o facto de a metodologia realizar a análise para o espaço da cidade compacta e também para o espaço da cidade alargada. Vamos mais longe, consideramos que o raio de influência de uma cidade se estende para lá desses limites, entrando inevitavelmente em contacto com o espaço rural. A metodologia deveria assim identificar quais as sinergias, fluxos e relações presentes na dicotomia urbano-rural (ou cidade-campo), num processo que compreende e aplica o conceito de *cidade região* ou *paisagem global*, defendidos por Ribeiro Telles (1992).

³⁷ Apreciação subjetiva, fruto do conhecimento técnico, empírico e reconhecido em campo

³⁸ Kevin Lynch introduz esta metodologia ao elaborar a sua obra - *A Imagem da Cidade*. Por vezes a realidade percebida pelos habitantes pode ser diferente dos agentes técnicos e políticos.




Consideramos também que a análise biofísica, que não está prevista na Matriz Estruturante³⁹, deve ser um elemento fundamental em qualquer instrumento de planeamento, pois as características biofísicas de determinada paisagem determinam diretamente qualquer transformação.

Um outro aspeto a salientar é a aplicabilidade do modelo enquadrado nos instrumentos legais vigentes. Como antes afirmámos, o Plano de Estrutura não tem enquadramento legal (portanto não pode vincular por via pública ou privada). Portanto, a sua aplicação tem de ser vista como um processo administrativo, como antecedente de um programa para uma cidade ou de um plano com o tal poder vinculativo. Depois de estudarmos esta metodologia e de iniciarmos o processo à sua concretização para a cidade de Loures, ficámos com a dúvida se o Plano de Estrutura não será qualquer coisa que (com este ou outro nome) não estará já inerente à elaboração do Plano Diretor Municipal (havendo, portanto, uma replicação do conteúdo). Apesar destas considerações, pensamos que a oportunidade de a qualquer momento refletir sobre a cidade e sobre o seu planeamento e ordenamento é sempre um contributo importante ao processo de melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes e de qualificação da paisagem. Nesta medida considera-se que o Plano de Estrutura é um instrumento útil, por um lado, como síntese da realidade urbana⁴⁰, totalmente flexível quanto à sua atualização, pois a sua alteração não se processa como se tratasse de um Instrumento de Gestão Territorial⁴¹. Por outro lado, a importância do Plano de Estrutura relaciona-se com o facto de constituir uma oportunidade de reflexão sobre a evolução urbana e de concetualização de estratégias integradas, como afirmámos a sua possibilidade de realização a qualquer momento. Relembramos que, uma vez estabelecida a Matriz Estruturante Existente (que decorre da compreensão do existente realizado na fase de análise), a fase seguinte, e a que não chegámos dadas as limitações já

³⁹ Uma parte do conteúdo material do Plano.

⁴⁰ Identificada através da Matriz Estruturante Existente

⁴¹ E com todos os procedimentos necessários.



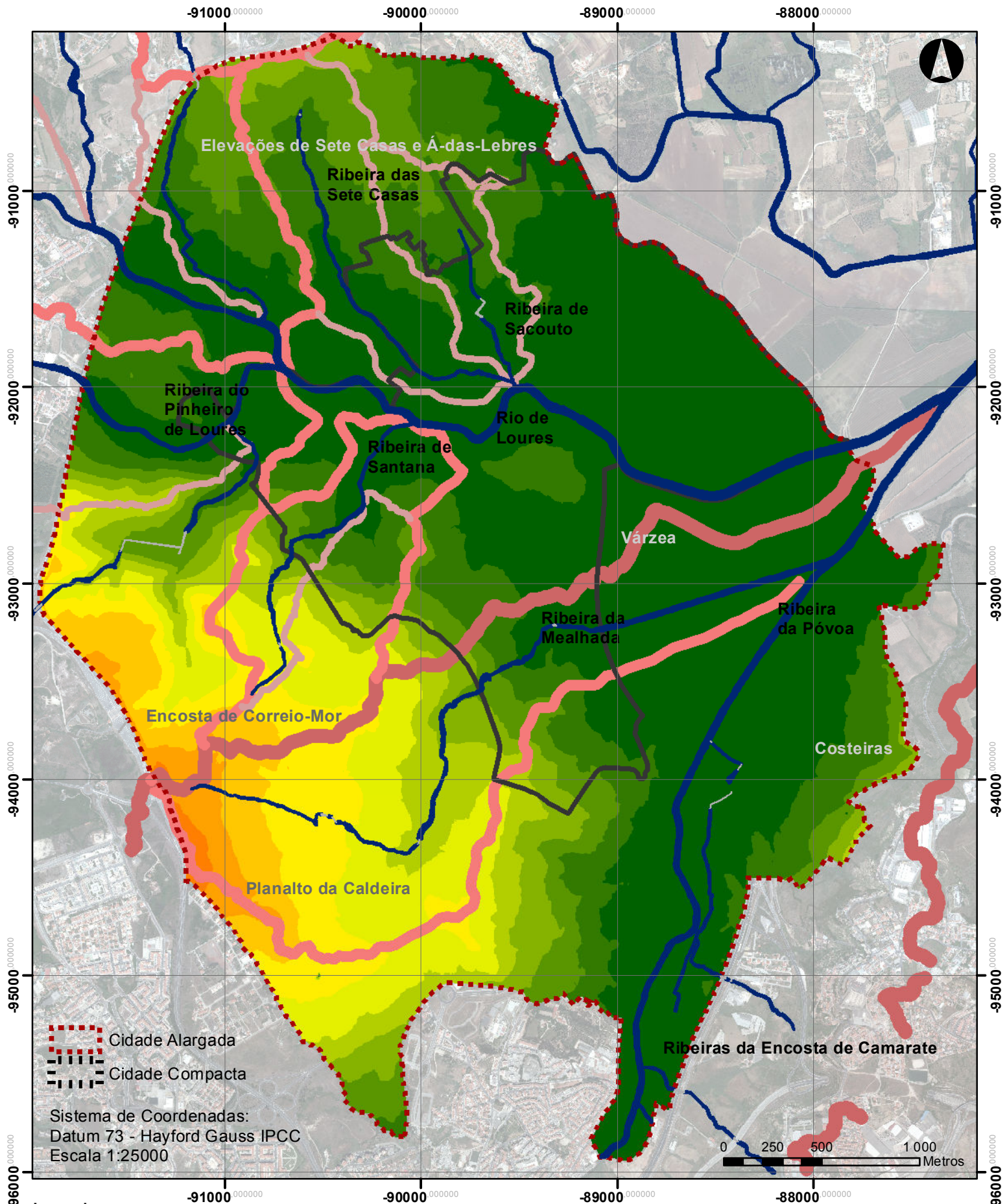
explicadas, compreende o cruzamento com as prioridades sob o ponto de vista de outras áreas do conhecimento, de forma a se chegar a um consenso sobre quais as potencialidades e insuficiências que a cidade apresenta - um processo metodológico que é enquadrado pela Matriz Estruturante Existente levado a cabo através de uma proposta estratégica para a resolução destas últimas, com a concretização da Matriz Estruturante Proposta.

A utilização de uma metodologia que não foi elaborada por um arquiteto paisagista levantou dúvidas, quer no significado ou intenção das diretrizes quer na apresentação dos resultados. Ao longo do período de estágio houve avanços e retrocessos que ditaram a inclusão ou retirada de certas abordagens e perspectivas. Em todo o trabalho houve um esforço de integrar a perspectiva da arquitetura paisagista, fundamental no ordenamento da paisagem, e aqui em concreto no planeamento urbano, mas resistimos em a sobrevalorizar em relação às outras áreas porque reconhecemos que todas têm a mesma importância na definição de uma melhor estratégia para a valorização e qualificação das cidades. Por fim, a boa relação com os colegas na Câmara Municipal, bem como as condições de trabalho que foram disponibilizadas garantiram a elaboração desde relatório.



Anexos

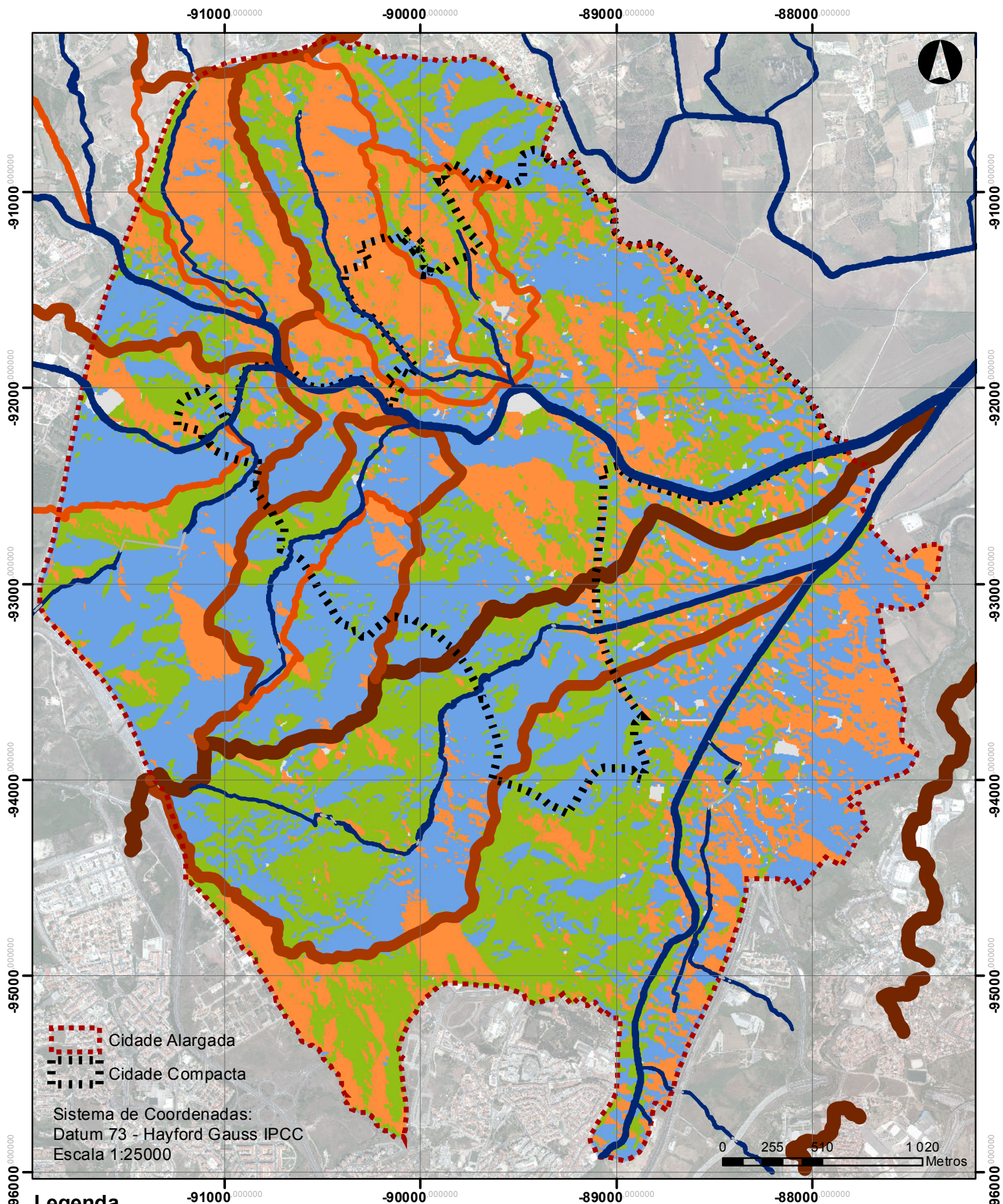
Anexo I - Relevo; Hipsometria e Fisiografia



Legenda	Festos de 4º Ordem	40 - 60	130 - 140	210 - 220
Cursos de Água	Festos de 5º Ordem	60 - 80	150 - 160	230 - 240
Festos	Hipsometria	80 - 100	170 - 180	
Festo Terciário	3 - 20	110 - 120	190 - 200	
	20 - 40			

Produção: Cartografia produzida pelo autor, com as bases cartográficas fornecidas pela CML, setembro 2017

Anexo II - Relevo;Exposições



Legenda

Festos

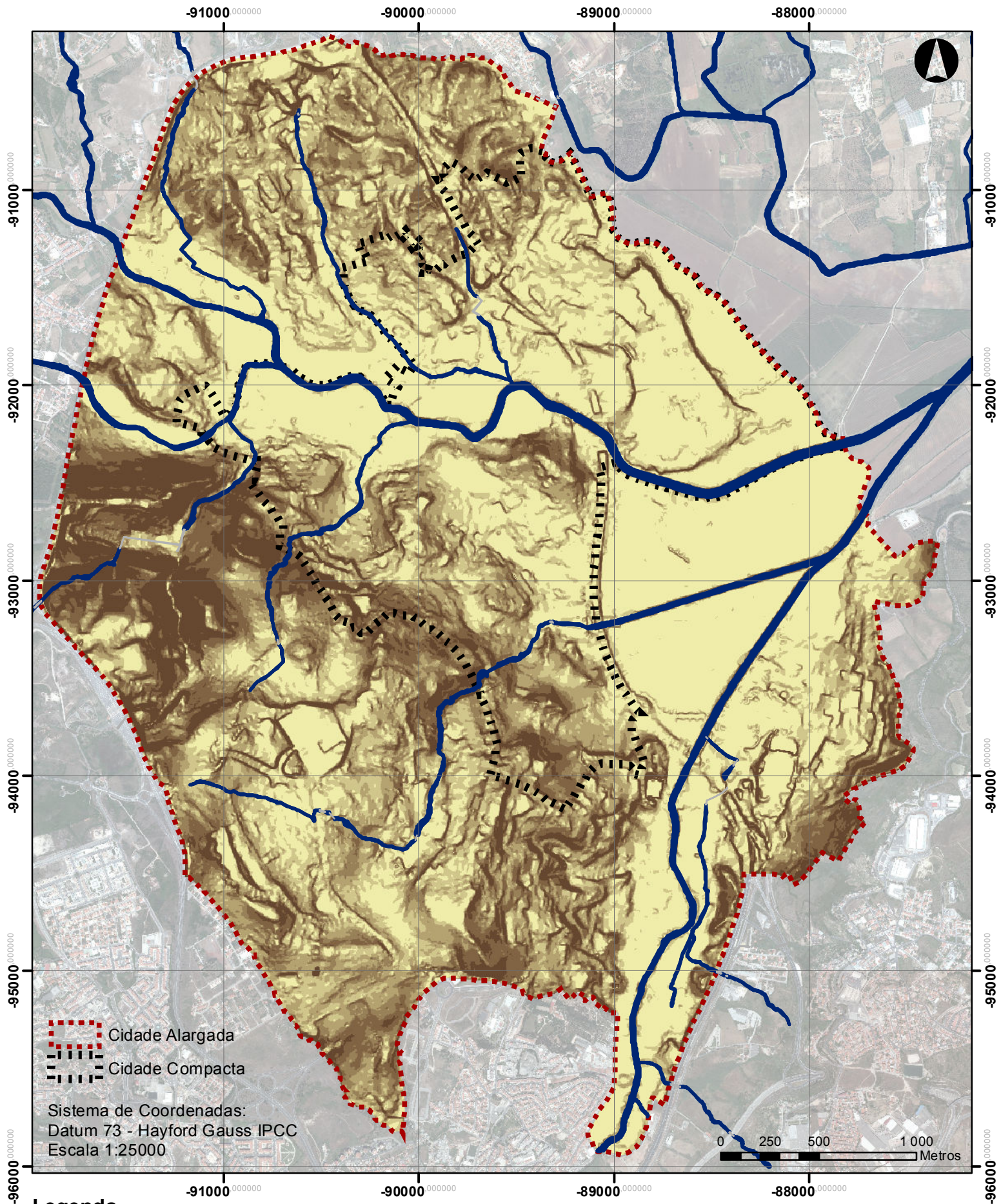
- Festo Terciário
- Festos de 4ºOrdem

Exposições

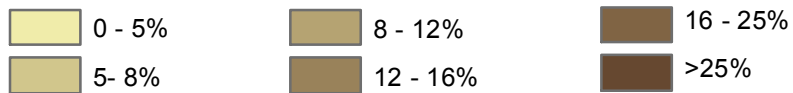
- Frias (N,NO,NE)
- Quentes (S/SO/O)
- Temperadas (E,SE)

Produção: Cartografia produzida pelo autor, com as bases cartográficas fornecidas pela CML, setembro 2017

Anexo III - Relevo; Declives

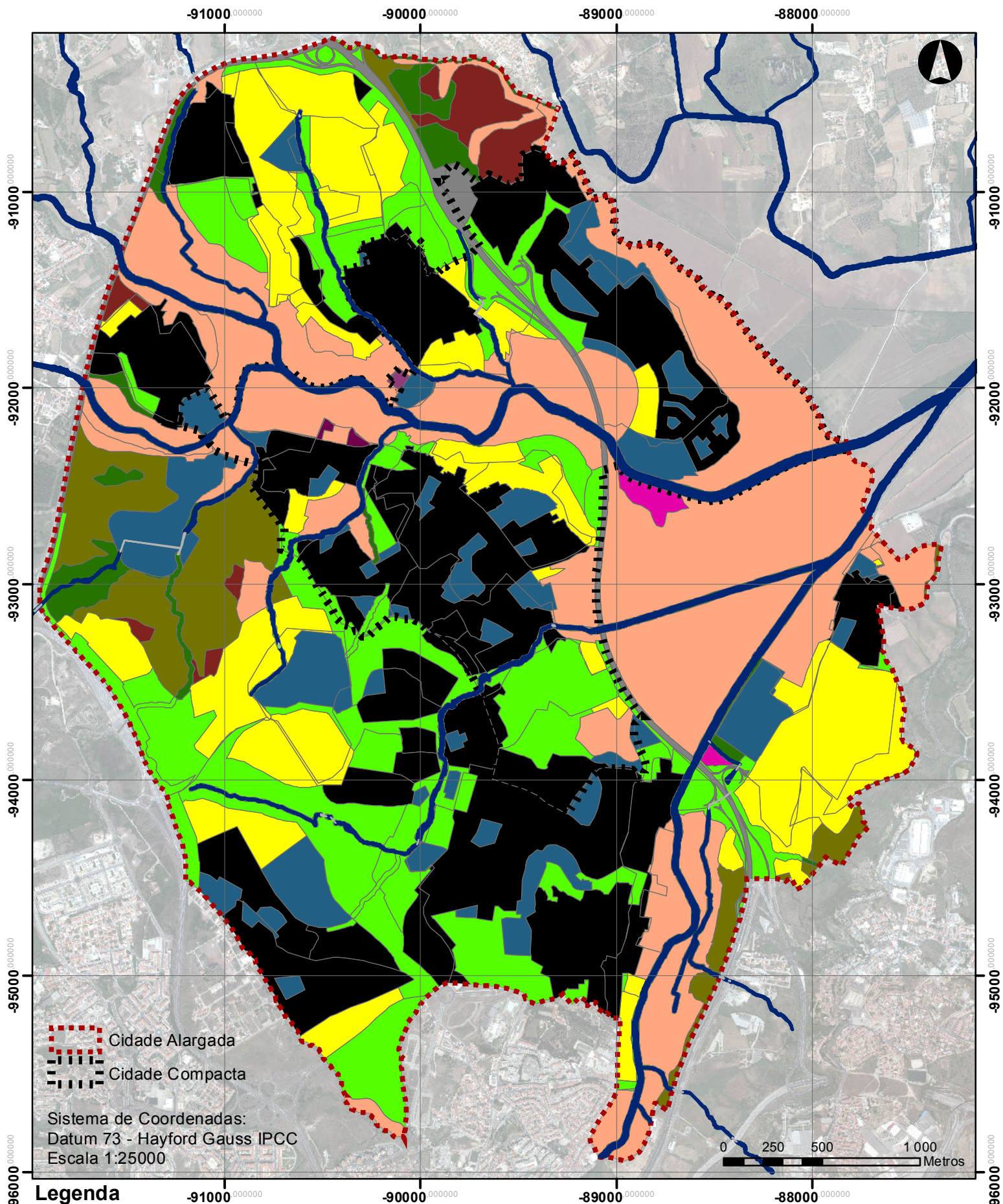


Legenda



Produção: Cartografia produzida pelo autor, com as bases cartográficas fornecidas pela CML, setembro 2017

Anexo IV – Classificação do Solo e Distribuição das Classificação do Solo por Parte da Cidade



Cidade Alargada
 Cidade Compacta

Sistema de Coordenadas:
 Datum 73 - Hayford Gauss IPCC
 Escala 1:25000

Legenda

- | | | |
|---|---|---|
| Conservação | Espaços de Actividades Economicas | Sistemas de Circulação e Mobilidade |
| Espaços Afectos a Actividades Industriais | Espaços de Uso Especial | Uso Múltiplo |
| Espaços Naturais | Industrias Isoladas | Áreas de Infraestruturas existentes e propostas |
| Espaços Residenciais | Produção | |
| Espaços Verdes | | |

Produção: Cartografia adaptada pelo autor, a partir da Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo do PDM de Loures.

Categoria de Classificação do Solo	Área de cada categoria (ha)	Centralidade	%	Total da Área (ha)
Espaços de Uso Especial	4,31	Casa do Adro	40%	10,82
Espaços Residenciais	2,78		26%	
Produção	2,65		24%	
Espaços Naturais	1,08		10%	
Indústrias Isoladas	0,00		0%	
	10,82		100%	
Espaços Verdes	0,78	Centro da Cidade/Núcleo Central	2%	43,39
Espaços de Uso Especial	6,49		15%	
Espaços Residenciais	25,25		58%	
Sistemas de Circulação e Mobilidade	0,10		0%	
Espaços de Atividades Económicas	2,73		6%	
Produção	7,96		18%	
Produção	0,00		0%	
Espaços Naturais	0,08		0%	
	43,39		100%	
Espaços Residenciais	2,09	Correio Mor	1%	180,47
Espaços Verdes	27,33		15%	
Espaços de Uso Especial	18,00		10%	
Espaços de Atividades Económicas	27,41		15%	
Uso Múltiplo	3,50		2%	
Conservação	62,64		35%	
Produção	17,32		10%	
Espaços Naturais	19,82		11%	
Sistemas de Circulação e Mobilidade	2,36		1%	
	180,47		100%	
Espaços Verdes	7,30	Faqueiro	15%	48,35
Espaços de Uso Especial	2,24		5%	
Espaços Residenciais	24,14		50%	
Espaços de Atividades Económicas	10,26		21%	
Produção	1,34		3%	
Espaços Naturais	0,75		2%	
Áreas de Infraestruturas existentes e propostas	0,64		1%	
Sistemas de Circulação e Mobilidade	1,67		3%	
	48,34	100%		

Espaços de Uso Especial	2,27	Frielas	17%	13,14
Espaços de Actividades Economicas	0,12		1%	
Espaços Verdes	0,49		4%	
Espaços Residenciais	9,16		70%	
Conservação	0,03		0%	
Produção	1,07		8%	
	13,14		100%	

Espaços de Actividades Economicas	11,59	Hospital	44%	26,61
Espaços de Uso Especial	12,31		46%	
Espaços Verdes	2,71		10%	
	26,61		100%	

Espaços de Actividades Economicas	3,93	Infantado	5%	85,43
Espaços Residenciais	46,92		55%	
Espaços de Uso Especial	11,84		14%	
Espaços Verdes	8,59		10%	
Uso Múltiplo	0,03		0%	
Produção	9,83		12%	
Espaços Naturais	0,00		0%	
Sistemas de Circulação e Mobilidade	4,30		5%	
	85,44		100%	

Espaços de Uso Especial	3,83	Marzagão e Bairro das Sapateiras	7%	52,58
Espaços Residenciais	28,07		53%	
Espaços Verdes	7,94		15%	
Espaços de Actividades Economicas	2,68		5%	
Conservação	0,01		0%	
Produção	6,97		13%	
Espaços Naturais	2,09		4%	
Industrias Isoladas	0,99		2%	
	52,58		100%	

Espaços Residenciais	22,67	Mealhada	70%	32,34
Espaços de Uso Especial	3,65		11%	
Espaços Verdes	3,01		9%	
Espaços de Actividades Economicas	1,42		4%	
Produção	0,98		3%	
Espaços Naturais	0,57		2%	
Sistemas de Circulação e Mobilidade	0,04		0%	
	32,34		100%	

Espaços de Actividades Economicas	4,28	Ponte de Frielas/Flamenga	15%	28,87
Espaços Verdes	6,88		24%	
Produção	2,08		7%	
Espaços Naturais	0,36		1%	
Sistemas de Circulação e Mobilidade	0,10		0%	
Espaços Residenciais	15,17		53%	
	28,87		100%	

Espaços Residenciais	11,56	Quinta do Conventinho	25%	46,23
Espaços Verdes	25,89		56%	
Espaços de Actividades Economicas	1,03		2%	
Espaços de Uso Especial	1,97		4%	
Produção	5,75		12%	
Sistemas de Circulação e Mobilidade	0,03		0%	
	46,23		100%	

Espaços Verdes	22,96	Santo António dos Cavaleiros	22%	104,02
Espaços de Uso Especial	14,19		14%	
Espaços Residenciais	66,87		64%	
	104,02		100%	

Espaços Verdes	1,49	Sete Casas/Milharada	3%	48,46
Espaços Residenciais	17,04		35%	
Espaços de Actividades Economicas	22,01		45%	
Espaços de Uso Especial	2,57		5%	
Produção	1,31		3%	
Espaços Naturais	2,57		5%	
Sistemas de Circulação e Mobilidade	1,47		3%	
	48,46		100%	

Espaços de Uso Especial	10,11	Zona Logística de Frielas	20%	50,62
Espaços de Actividades Economicas	36,80		73%	
Espaços Verdes	0,99		2%	
Espaços Residenciais	0,01		0%	
Produção	0,00		0%	
Espaços Afectos a Actividades Industriais	0,88		2%	
Sistemas de Circulação e Mobilidade	0,11		0%	
Espaços Naturais	1,72		3%	
	50,62		100%	

Espaços de Uso Especial	4,99	Zona Nascente	23%	21,29
Espaços Verdes	0,93		4%	
Espaços de Actividades Económicas	6,91		32%	
Espaços Residenciais	8,46		40%	
	21,29		100%	

As categorias apresentadas correspondem às que estão designadas no Plano Diretor Municipal de Loures, na qual:

Espaços Residenciais

Os espaços residenciais urbanizáveis correspondem a áreas de expansão do tecido urbano, vocacionadas para o uso habitacional.

Espaços Verdes

Os espaços verdes integram a estrutura ecológica urbana, assumindo fundamentalmente funções de equilíbrio e descompressão do sistema urbano. Estas áreas visam assegurar a proteção dos sistemas naturais, a regulação climática e o suporte ao recreio e lazer, indispensáveis ao equilíbrio ecológico do sistema urbano e à qualidade de vida da população.

Espaços de Uso Especial

O espaço de uso especial integra a subcategoria de equipamentos e outros usos de interesse público.

Espaços de Atividades Económicas

Os espaços urbanizáveis de atividades económicas correspondem a áreas de expansão do tecido urbano, com dominância de atividades económicas.

Produção

Englobam -se nesta categoria os solos com potencialidade para usos agrícolas consagrados na Reserva Agrícola Nacional (RAN) ou sujeitos a atividades agrícolas intensivas.

Espaços Afetos a Atividades Industriais

Os espaços afetos a atividades industriais correspondem a espaços para instalação de atividades industriais diretamente ligadas ao aproveitamento de produtos agrícolas, pecuários, florestais e geológicos.

Sistemas de Circulação e Mobilidade

Os sistemas de circulação e mobilidade compreendem as redes associadas aos diferentes modos de transporte, sendo elementos de conexão e correspondência entre eles, facilitando as relações interurbanas, intra -concelhias, com a área metropolitana.

Espaços Naturais

Os espaços naturais compreendem as formações de vegetação natural e seminatural, os valores geomorfológicos e os cursos de água principais. Estas áreas visam salvaguardar as áreas vocacionadas para a conservação dos valores de maior riqueza e interesse em termos de biodiversidade ou necessárias à sua continuidade ecológica, de modo a garantir a função de valorização de habitat do solo rural.

Uso Múltiplo

As áreas de uso múltiplo compreendem sistemas agrícolas pouco intensivos, sistemas de exploração agrícola tradicionais, outras áreas com uso agrícola e florestal e áreas complementares.

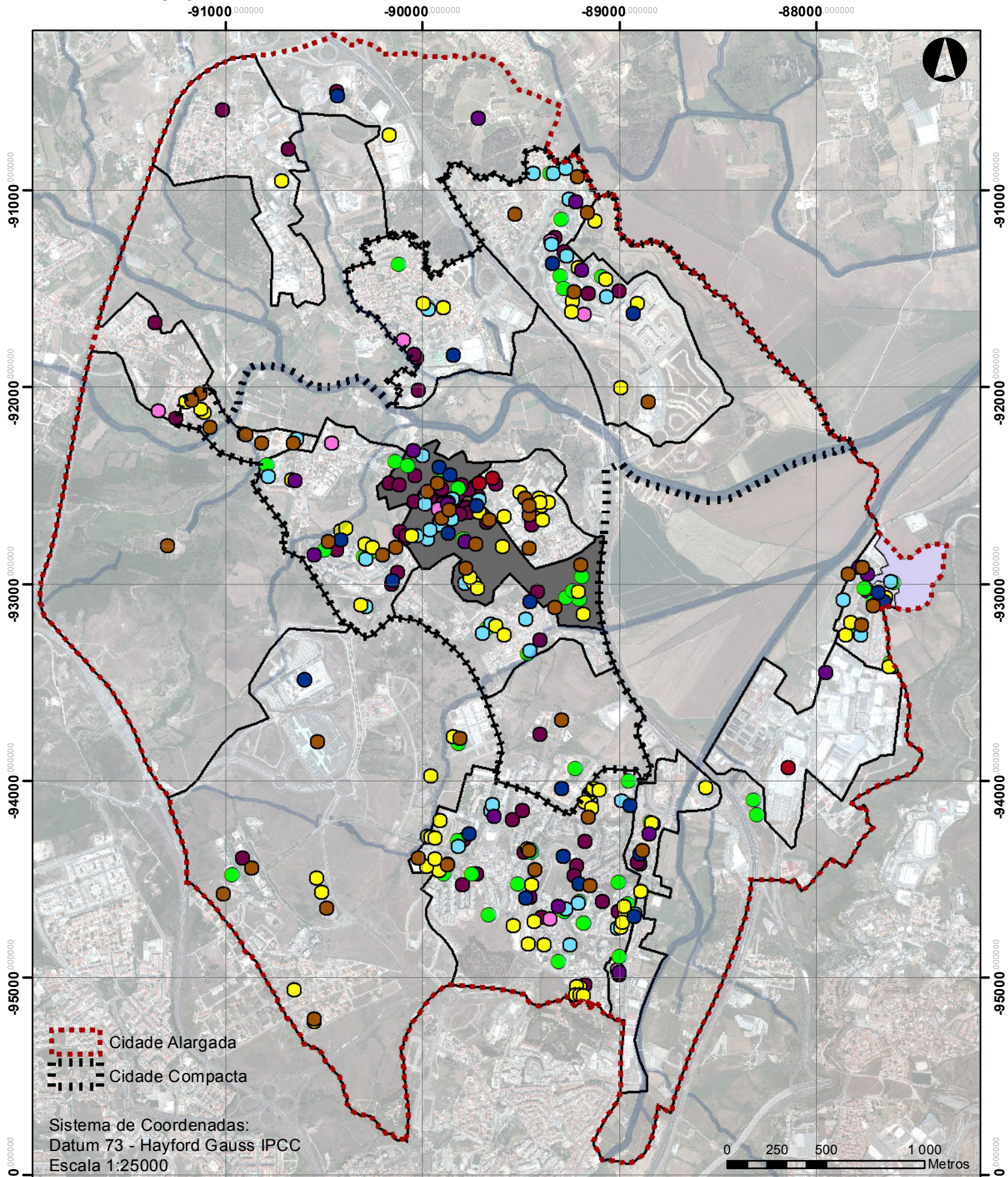
Conservação

As áreas de conservação compreendem as áreas fundamentais ao bom funcionamento da fase terrestre do ciclo hidrológico e à conservação do solo. Estas áreas visam preservar as características de estrutura e permeabilidade do solo, a proteção contra a erosão e a poluição do solo e da água, bem como o incremento da infiltração das águas pluviais, de modo a assegurar a função de regulação ambiental do solo rural.

Indústrias isoladas

Os espaços de indústrias isoladas compreendem áreas existentes com implantação de atividades industriais em meio rural, devendo ser objeto de um regime de uso de solo que garanta a sua contenção e o seu ordenamento numa ótica de sustentabilidade.

Anexo V – Equipamentos



--- Cidade Alargada
--- Cidade Compacta

Sistema de Coordenadas:
Datum 73 - Hayford Gauss IPCC
Escala 1:25000

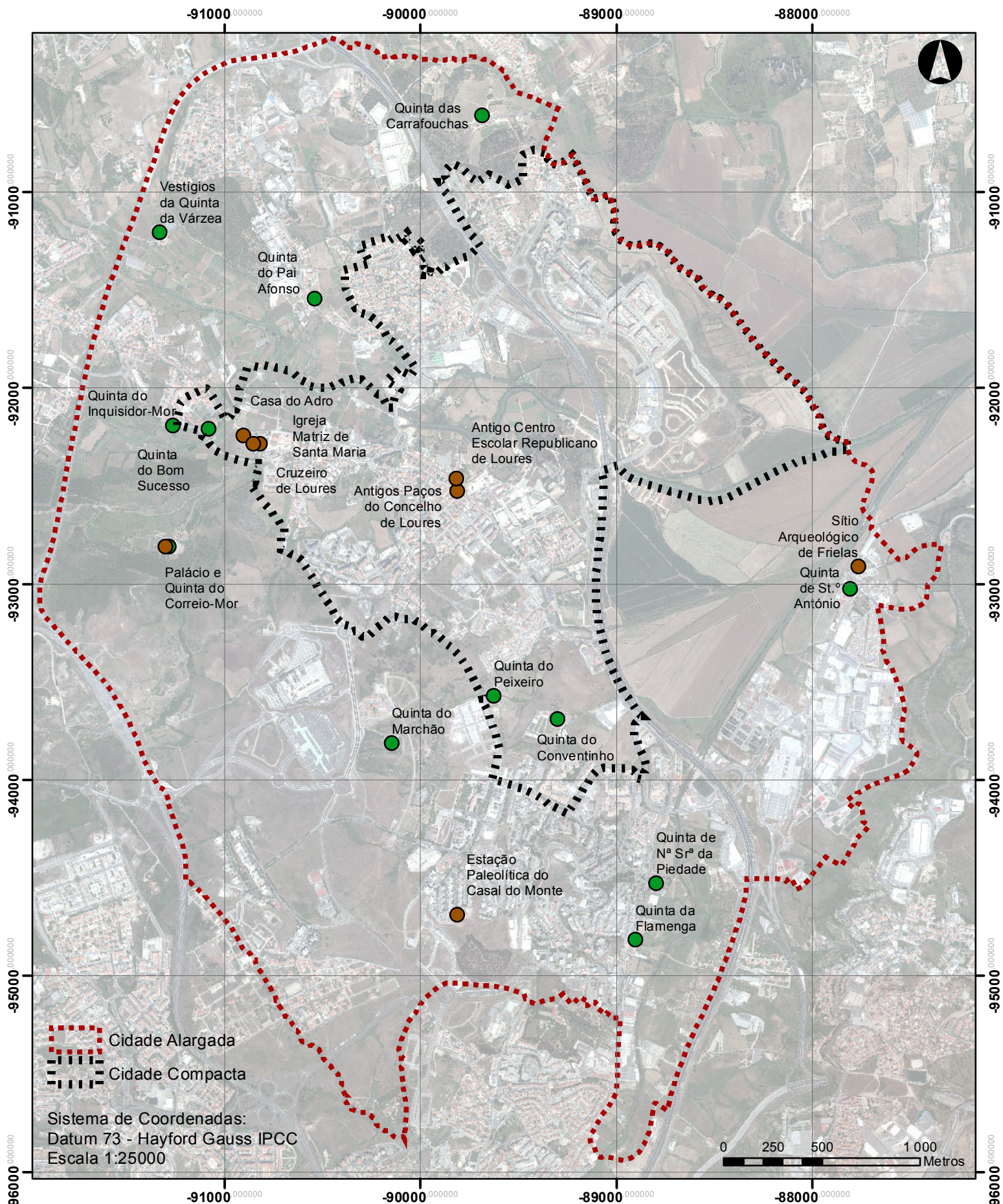
0 250 500 1 000
Metros

Legenda

- Bibliotecas/Pavilhões Multifuncionais e Museus
- Cuidados e Serviços de Saúde
- de Culto/Religiosos
- Desportivos
- Ensino e Formação
- Estabelecimentos Comerciais
- Jardins e outras tipologias de recreio em meio urbano
- Cuidados e Serviços Veterinários
- Serviços Administrativos

Produção: Cartografia produzida pelo autor, com as bases cartográficas fornecidas pela CML, setembro 2017

Anexo VI - Monumentos

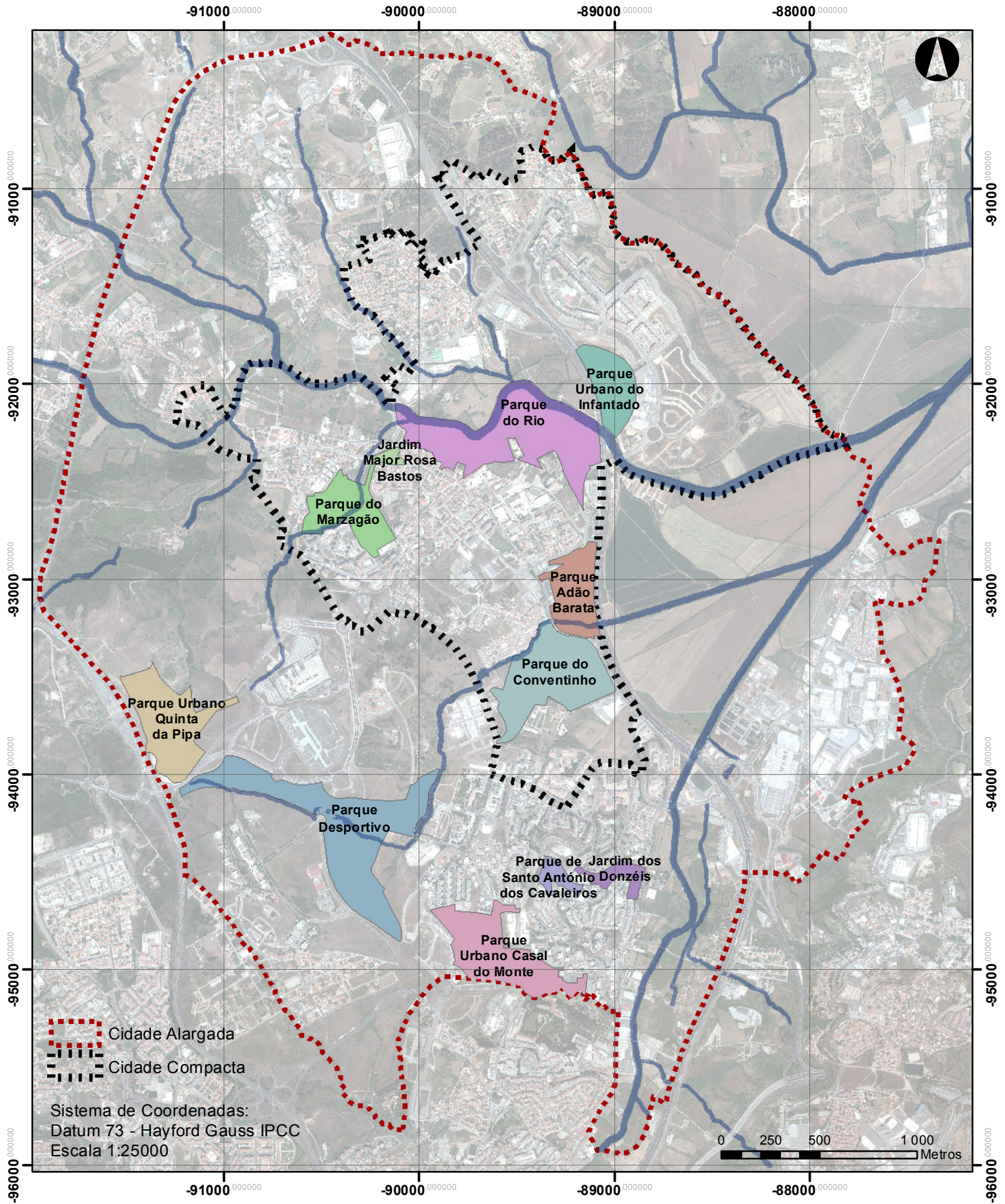


Legenda

- Monumentos
- Quintas e casais com interesse cultural e de recreio

Produção: Cartografia produzida pelo autor, com as bases cartográficas fornecidas pela CML, setembro 2017

Anexo VII – Sistema de Parques



Bibliografia

Alfaiate, T. (2000). *Expressão dos valores do sítio na paisagem*. Tese de Doutoramento, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Agronomia: Lisboa. (poli-copiado)

Caldeira Cabral, F. (1980). *O Continuum Naturale e a Conservação da Natureza*, Lisboa, Serviços de Estudos do Ambiente

Cancela d'Abreu, A.; Pinto Correia, T.; Oliveira, R. (coord.). (2002). *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental* (Vol. 4). Évora: DGOTDU.

Cancela d'Abreu, A. (2007). *Paisagem e Ordenamento do Território*. In *Inforgéo*, p. 73-77. (aceder em http://www.apgeo.pt/sites/default/files/docs/inforgéo_2021_paginas_073_077.pdf)

Carvalho, J. (2008). *Plano de Cidade*. In *Sociedade e Território* n.º 37/38, p. 80-88 (2004); revisto pelo autor em 2008. (aceder em http://ordenaracidade.pt/site-jcarvalho/assets/files/1337/plano_de_cidade.pdf)

Carvalho, J., Oliveira, F. P. (2016). *Classificação do Solo no Novo Quadro Legal*. Coimbra: Almedina.

Costa dos Reis, J. (2010). *As Unidades de Execução Enquanto Instrumento de Execução do PDM. O Exemplo do Município de Vila Franca de Xira*. p. 2-3. (aceder em <http://web.letras.up.pt/xiicig/resumos/217.pdf>)

Freire, M. (2011). *Para uma diferente aproximação ao ensino do projeto de arquitetura paisagista*. Tese de Doutoramento em Artes e Técnicas da Paisagem, Évora: Universidade de Évora.

Magalhães, M. R. (coord.). (2007). *Estrutura Ecológica da Paisagem*. Lisboa: ISA Press.

Morais, P. (2004). *Conceitos Jurídicos nos Domínios do Ordenamento do Território, do Urbanismo e do Ambiente*. Coimbra: Almedina.

Universidade de Évora. (1992). *Jubilação do Prof. Gonçalo Ribeiro Telles*. Évora: Universidade de Évora.

Legislação consultada

Aviso n.º 6808/2015, Diário da República n.º 117/2015, Série II de 2015-06-18. Revisão do Plano Diretor Municipal de Loures.

Decreto-Lei n.º 380/99, Diário da República n.º 222/1999, Série I-A de 1999-09-22. Estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.

Decreto-Lei n.º 80/2015, Diário da República n.º 93/2015, Série I de 2015-05-14. Estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.

Decreto Regulamentar n.º 15/2015, Diário da República n.º 161/2015, Série I de 2015-08-19. Estabelece os critérios de classificação e reclassificação do solo, bem como os critérios de qualificação e as categorias do solo rústico e do solo urbano em função do uso dominante, aplicáveis a todo o território nacional.

Lei n.º 107/2001, Diário da República n.º 209/2001, Série I-A de 2001-09-08. Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2002, Diário da República n.º 82/2002, Série I-B de 2002-04-08. Aprova o Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROTAML)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 92/2008, Diário da República n.º 108/2008, Série I de 2008-06-05. Determina a alteração do Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa para o Oeste e Vale do Tejo

Sitografia

Instituto Nacional de Estatística – <http://www.ine.pt>